



4118442



00135.206603/2023-92



Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania
Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ATA DA 321ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA)

DATAS: 13 E 14/12/2023

LOCAL: ED. PARQUE CIDADE CORPORATE, TORRE A, AUDITÓRIO ANA PAULA CROSSARA - 8º ANDAR. BRASÍLIA,

Nos dias treze e quatorze do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, no Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, Auditório Ana Paula Crossara - 8º andar, Brasília – DF, foi realizada a Tricentésima Décima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA. No dia 13/12/2023 estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Bruna Bragança Boreli Volponi (MS); Claudia Faillace (Associação Humana Povo para o Povo Brasil); Claudio Augusto Vieira da Silva (SNDCA); Clóvis Alberto Pereira (ONCB); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elói Gallon (CNBB); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Marco Antônio Soares (CUT); Marta Volpi (ABRINQ); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Rozângela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Sérgio Eduardo Marques da Rocha (Aldeias Infantis SOS Brasil); Leonéia Vitória Santiago (Ministério do Esporte) Vitória Garcia Celestino (Ministério da Fazenda); Convidados/Observadores: Elaine Itacarambi (FNDCA/SALESIANOS); Hélio Castro (SNDCA); João Carlos Gonçalves (ONCB); Mayara Souza (SNDCA/MDH); Ricardo Washington Moraes de Melo (FNDCA/OAB); Sérgio Roberto (Secretaria Executiva do Conanda); Carla Rodrigues (CEDCA-MS); Luana (Secretária Executiva CEDCA-MS); Nancy (Flacso). Representantes do CPA: Danúbia Kauane da Silva (RO); Natielle Rodrigues da Silva (BA); Rayssa Rodrigues de Souza (GO); Eduarda Nayara Lemes Andrade (SP).

No dia 14/12/2023 estiveram presentes na reunião os seguintes membros: Ana Claudia Cifali (Instituto Alana); Antônio Lacerda Souto (CONTAG); Claudio Augusto Vieira da Silva (SNDCA); Clóvis Alberto Pereira (ONCB); Débora de Carvalho Vigevani (Instituto Fazendo História); Deila do Nascimento M. Cavalcanti (GAJOP); Diego Bezerra Alves (SNDCA/MDH); Edmundo Ribeiro Kroger (CECUP); Elói Gallon (CNBB); Laís Weber (ME); Lucinete Correa Tavares (Instituto EcoVida); Marco Antônio Soares (CUT); Marina de Pol Poniwas (CFP); Marta Volpi (ABRINQ); Paulo Thadeu Franco das Neves (FENAJ); Renato César Ribeiro Bomfim (Casa de Cultura ILÊ ASÉ DÓSOGUIÃ); Rozângela Borota Teixeira (FEBRAEDA); Leonéia Vitória Santiago (Ministério do Esporte) Vitória Garcia Celestino (Ministério da Fazenda); Convidados/Observadores: Alan Mendes Marques; Laurenice Alves de Castro (secretária executiva do Conanda); Ricardo Washington Moraes de Melo (FNDCA/OAB); Representantes do CPA: Danúbia Kauane da Silva (RO); Natielle Rodrigues da Silva (BA); Rayssa Rodrigues de Souza (GO); Eduarda Nayara Lemes Andrade (SP). 13/12/2023 – Abertura da 321ª Assembleia do Conanda: O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva iniciou a reunião cumprimentando a todos. Após a verificação do quórum, foi apresentada e contextualizada a seguinte pauta prevista para os dois dias de reunião. Após a chamada passou a palavra para os informes da Secretaria Executiva. A Secretária Executiva Laurenice Castro,

cumprimentou e todos e deu sequência aos informes. Agendas do CONANDA desde a última assembleia: Audiência Pública na Câmara é dos deputados, pauta órfãos do estado, crianças e adolescentes e vítimas indiretas do feminicídio, representada pela conselheira Martha Volpi; A audiência na Câmara, pauta do PL 1338, no dia primeiro de dezembro, a agenda foi virtual, representante presidente Claudio Augusto; Abertura da semana dos direitos humanos o Ministério de direitos humanos e cidadania, dia 4 de dezembro, representantes presidente Cláudio e toda a Secretaria executiva; Aniversário dos 15 anos da Escola de Conselho de Pernambuco, dia 7 de dezembro, representante conselheira Deila Martins; Lançamento do cadastro nacional de inspeção de programas, serviços de atendimento socioeducativo, agenda virtual no CNJ, dia 11 de dezembro, representante conselheira Deila Martins. Ofícios encaminhados de deliberação da mesa diretora: Resposta ao Ministério Público do município de Dourados, encaminhamento de informações referente à resolução 231; por deliberação do pleno, documento solicitando a presença na reunião da área de licitação do Ministério Direitos Humanos na mesa diretora, resposta recebida dia 11/12, informando a impossibilidade de participação na agenda. A mesa diretora deliberou a reconvocação para o mês de fevereiro; por decisão na última plenária no mês de novembro foram enviados ofícios para o Ministério das Comunicações e para a Polícia Federal solicitando a doação de equipamentos para o CPA; a pedido da CPP, foram encaminhados ofícios de agradecimento ao Senhor João Vitor Luís e Filipe Brandão, do Ministério do Trabalho e Emprego, pela participação na reunião da CPP, também para a Doutora Luísa Carvalho, da cordinfância. Alterações de conselheiros do Ministério do esporte, Leonéa Vitória em substituição a Laís Gabrielle e Fabiane Santos, em substituição da conselheira a suplente Daniela. A ata da reunião da última reunião foi encaminhada via e-mail para todos os conselheiros na segunda-feira. A mesa diretora deliberou que dar-se-á mais um tempo para a leitura de todos e a aprovação na próxima semana. Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva passou a fala para os adolescentes do CPA. A adolescente Eduarda Nayara; quero começar falando que vim com a camiseta da pastoral por conta que foi onde tudo começou na minha história. Cresci na periferia de São Paulo, capital, na zona leste, no SEC Emília Mendes de Almeida e lá iniciei na escola de cidadania Dom Luciano Mendes de Almeida, também que foi aonde tomei conhecimento do CPA. Não sabia dessa caminhada dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Porém já tinha conhecimento sobre escola de cidadania e caminhei e estou vindo aqui e agora e para mim é uma luta muito gratificante por conta que nós, do CPA de São Paulo, que ainda não existe, mas estamos lutando e não vamos desistir. Por conta que é muito difícil, sabemos que é uma luta que vai durar anos. Ainda não é hoje que estou vindo aqui falar para vocês que o CPA não foi concretizado em São Paulo, mas é um desejo. É um sonho que a gente leva como dever mesmo para sempre. Talvez não nós dessa gestão, mas outras crianças e adolescentes para falar que vamos ter CPA em São Paulo, sim. Vamos lutar para isso, porque é um sonho e vamos concretizar. A adolescente Nathiele; represento o CPA do Estado da Bahia na cidade Tucano. Entrei no CPA, através da Humana Brasil, com o projeto Provita. Na minha cidade tem CPA e sou um dos membros. Esse ano, o conselho municipal do direito da criança e adolescente não está tão ativo. Essa semana teve uma reunião para discutir e falar novas datas para ter outras reuniões para o CPA atuar. Sou representante do coletivo de adolescentes e lidero algumas atividades aonde moro. Lá se chama Sarau. Participo de encontros sobre direito e intercâmbios. A adolescente Danúbia; sou representante do CPA de Rondônia. Esse ano lá onde eu moro em São Miguel, existe sim o CPA só não está muito fluindo por motivos de condições. A semana passada era para a gente ter vindo para Porto Velho para reunião do CPA, por motivos financeiros não pagaram nossa viagem. Também era para a gente ir para o Paraná, porque lá tem bastante adolescentes que participa do CPA. Então, praticamente esse ano a gente passou o ano e não fez nada. Porque até nossa reunião, a gente faz as pautas, explica tudo. Os adolescentes vão lá, trabalham nem no dia da Criança e do Adolescente nada foi possível. Espero encaminhamento para que prossiga o CPA de Rondônia, pois está bem parado. A adolescente Rayssa Rodrigues: sou do CPA de Goiás. No CPA de Goiás a gente toca as nossas reuniões online no CPA estadual. Em Goiânia infelizmente não tem CPA ainda, mas estamos lutando para ter CPA em mais municípios lá em Goiás. Com a parceria com a Unesco. A UNESCO está com a parceria com o governo de Goiás para poder abrir mais CPAs municipais e para poder fazer parte do estado também e promover a participação dos direitos da participação das crianças e adolescentes. É em decorrência dos seus direitos essa parceria também prevê entregar um guia de Goiás com a realidade de cada território. Então porque não adianta ter só um CPA. Cada lugar é diferente, a capital é diferente do interior. O sistema que vai ser usado na

capital não pode ser o mesmo do interior. Então eles estão fazendo essas pesquisas para poder entregar no ano que vem esse guia e ser mais produtivo. No Goiás a gente faz reuniões mensais, que propõe o tema da reunião. A gente que traz os slides, a apresentação, discute e faz debate. Separa propostas, só que infelizmente, as propostas não estão sendo encaminhadas, mas tirando tudo, está indo o CPA de Goiás. A adolescente Eduarda Nayara; queria pedir mais uma coisa que a Raíssa tinha falado na reunião da mesa diretora para dialogar com os conselhos estaduais sobre o CPA. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva, informou que os adolescentes solicitaram levar para a próxima reunião com os conselhos estaduais, para que eles é preparem através dos fundos, recursos para propiciar a participação dos adolescentes nos seus CPAs respectivos. Agora está na hora de organizar os orçamentos, Plano de ação, início do ano. Então não há necessidade daquela preocupação de que não tem rubrica, porque tem rubrica à vontade para incluir participação de adolescentes. Nós já vamos colocar nessa próxima reunião que será dia 19 de dezembro às 16h, com a participação de todos os conselheiros e conselheiras estão convidados a estar é virtual, mas a fala é dos conselhos estaduais. Na medida do possível, encaminhando coisas em conjunto com eles e preocupações que perpassam aqui, como, por exemplo, proposta de lei dos conselhos tutelares. As questões que envolvem as propostas de regulação do processo de escolha de conselho tutelar. É bastante interessante a participação dos estados e nós vamos levar essa proposta do CPA para os conselhos estaduais. Antes de seguir na abertura, eu esqueci de fazer um registro, é sempre bom nós fazermos essa lembrança. Não vi nos últimos 2 dias, mas até sexta-feira e gostaria de dedicar essa nossa assembleia para essa lembrança. Até sexta-feira já tinham sido assassinadas 10.000 crianças no conflito entre a invasão de Israel por Gaza. O número aumentou assustadoramente porque na medida em que eles estão entrando por terra, eles estão encontrando mais corpos. É o número estimado de 10.000 crianças assassinadas nesse conflito que já dura 2 meses. Então, gostaria de lembrar aqui e dedicar essa nossa assembleia a essa lembrança dessas vítimas, desse horror que estamos passando nesse momento. E aprovação da solicitação de anuência do decreto de criação do fórum nacional de aprendizagem profissional. É uma minuta de decreto que chegou, que reativa esse fórum, que também foi colocado no esquecimento nesse último período. O Conanda e outros ministérios, serviço como o sistema S, Fórum de aprendizado de cooperativismo união brasileira de estudantes, o CPA do Conanda, Fórum nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil, o Conselho Nacional da Juventude, CNAS, Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação, Conselho dos Diretores de Escolas Técnicas, Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, enfim, reativa esse Fórum que discute os encaminhamentos sobre aprendizagem profissional. Na mesa diretora, olhamos e conversamos sobre isso, e estamos respondendo que estamos cientes. Evidente que o Conanda vai estar presente no quando ele isso estiver ativo. Solicito que a secretaria executiva, depois circule o documento para todos. O texto que ainda é uma minuta. Então, pode ser que ainda haja qualquer alteração, que é do conselho faz parte do conselho curador do fundo de garantia. Nesse momento foi feita uma leitura da pauta da assembleia e informado que a pessoa da SECADI estava a caminho. O conselheiro Edmundo solicitou um minuto de silêncio porque na Bahia teve um evento em Salvador, e logo após o evento o ex-deputado federal Luis Alberto, foi para casa normal e teve um infarto vindo a falecer. Foi pedido um minuto de silêncio nesse momento. Leu um nota da Secretaria de justiça direitos humanos da Bahia. Então deu-se sequência com a relatoria da CMF. O conselheiro Elói Gallon, iniciou falando sobre a Campanha de Carnaval e 18 de maio. Disse que a conselheira Tatiana Gomes fez trouxe uma convidada, a senhora Nayara, que está trabalhando com ela no comitê de enfrentamento ao combate à violência sexual. Nayara propôs um ponto de pauta, o Carnaval que é um evento em que o Comitê sempre faz campanha devido a séries de questões que ocorre durante esse período. E para que deliberem sobre como será o apoio do Conanda em relação às ações de campanha fixa durante o ano. Pensar na divulgação das redes sociais para que esse enfrentamento seja maior. Informou também que gostaria de dialogar sobre as construções das ações prioritárias de 2024. Sendo a primeira delas a campanha de Carnaval, que é importante ser uma campanha, que atende a proteção integral da criança e do adolescente e a campanha de 18 de maio, que é voltada a conscientização contra a exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Pediu ao Conanda a construção e financiamento das iniciativas, sem estimativa de custos, principalmente na campanha de Carnaval, que atualmente está em construção, tramitando internamente. Ato contínuo, Elói, informou que viu muita dificuldade em um financiamento para o Carnaval, já que ele está batendo à porta no final do ano, por conta da previsão de recursos, e que para

os 18 de maio tem um tempo maior para um possível financiamento. Havia previsto o orçamento para 2023 e que acabou não sendo utilizado. A conselheira Lucinete disse que tem interesse na pauta de enfrentamento das violências que tem envolvimento no estado, onde existe a questão do tráfico para fins de exploração sexual é maior na área de Fronteira, onde há muita vulnerabilidade das crianças e adolescentes. No Comitê intersetorial do Ministério dos Direitos Humanos, foi informado que estava em uma reunião com o comitê da primeira infância, onde reforçaram a campanha do 18 de maio. Onde se chegou a um ponto que são necessários mais ações e envolvimento, ampliar discussões em todas as esferas, federal, estadual e municipal, disse que tem certeza da disponibilidade de estar caminhando junto nas ações de Carnaval, já que o evento onde se tem grande vulnerabilidade de crianças e adolescentes. Se colocou à disposição como ponto focal. A conselheira Tatiana Gomes reforça a fala da Lucinete informando que o comitê tem discutido que não se pode ficar nessas ações isoladas que cada órgão vai fazendo, mas sempre está construindo ao longo do ano uma agenda. É importante começar a se pensar em outras ações para que haja um engajamento maior no enfrentamento. Vê como de suma importância o Conanda está envolvido na campanha de Carnaval. A Nayara Feitosa explicou que há propostas de peças publicitárias a serem alinhadas de vias com a ideia de resgate da mobilização que foram perdidas durante os últimos 4 anos e que, apesar de as peças estarem em elaboração, já se começa a dialogar com o Comitê, a coalizão, CEDECA entre outros, com a ideia de mobilizar toda a rede para atuar nos territórios, com a ideia de que, na medida em que as peças publicitárias da comunicação forem validadas, ter o recurso especialmente para a impressão desse material para a incidência nos territórios e nos locais especialmente onde tem um Carnaval forte, para que se haja o resgate da pauta da rede de proteção. A ideia é que comece o Carnaval e já comine na construção de 18 de maio. O conselheiro Sérgio Marques, acho interessante fazer alguns resgates do que já temos de construção. Ter um protocolo nacional de proteção de crianças e adolescentes em grandes eventos. Como que foi criado na Copa do Mundo, onde alguns estados adotam esse protocolo aplicativo Proteja Brasil. O material foi construído com toda a rede. É importante resgatar esse protocolo que foi adotado por todos os estados. Necessita de atualização e verificar se o aplicativo está em uso. Luiza, da comunicação da Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente, relata que para campanha foi feita em um Briefing com uma extensa pesquisa para se chegar numa campanha próxima ao ideal, onde se previu possibilidade de mídia exterior, veículos de comunicação, redes sociais, materiais impressos. O conselheiro Beto Ferreira informa que precisamos retomar acessibilidade, recuperar políticas públicas que de fato alcance pessoas, pensarem em comunicação que trate das diversas infâncias e suas especificidades territoriais, culturais e sociais, buscando uma linguagem simples, pensando em alcançar também as crianças com deficiência e que possam atingir o maior número de pessoas em maiores segmentos possíveis. Laurenice, informou que o pedido para essa campanha está chegando um pouco tarde ao Conanda, porque o último plano de aplicação as deliberações foram feitas na última assembleia. Acredito que uma conversa que deve ser feita com o secretário. Usar o último recurso que foi destinado para as escolas de conselho e informa que uma parte foi destinado para o PRODOC. O que poderíamos é verificar com a Maria, pois não sei se o PRODOC tem abertura para fazer material impresso. O PRODOC tem diversas limitações e se fosse o caso, esse recurso agora solicitado, teria que ser utilizado por Ted. Uma transferência direta para a área da comunicação, no caso a Secretaria Nacional para a Secom, que produz material para esse tipo de campanha. Em relação à campanha em si nós tivemos 2 grandes campanhas com as com agendas de convergências que tratou o Carnaval com uma ação macro que ia desde o Carnaval até outros grandes eventos durante o ano. Esse resgate é bastante importante. Em relação aos recursos não temos para agora, inclusive já encaminhamos para a área do João Marcelo, uma vez que essa questão foi deliberada em assembleia. Seria bom a Nayara conversar com o secretário em relação a isso. Na época que houve essa campanha citada, nós buscamos parcerias com os estados para impressão do material. Então a campanha estando pronta a gente disponibiliza aos estados fazerem as suas impressões. No começo do ano, quanto a essa deliberação de recursos deve ser feita na comissão de orçamento. Infelizmente, o Conanda não terá como ajudar de outra forma a não ser com uma nova deliberação ao plano de aplicação no ano que vem. Com relação à primeira infância, Beto Pereira enfatizou que durante a assembleia passada houve alguns desconfortos. Primeiro pelo Conanda não ter sido convidado desde o começo para discutir o tema ou se é um problema estrutural do Conanda, onde não conseguimos dar conta de todas as demandas e a segundo é a divisão das infâncias que colocaram resistência, que se tenha o cuidado para

que essa que esse programa não seja comparado a programas passados e de fato seja uma política que chegue de forma efetiva. Sinto que esse é o momento de juntarmos força, cuidarmos, monitorarmos fazer umas incidências para que de fato possamos monitorar e fazer o controle social. Precisamos nos aprofundar disso. Lucinete, existiu uma discussão com relação à fragmentação e essas discussões, assim separadas, com relação à questão da primeira infância, segunda infância, adolescência, que tudo vai se fragmentando e o barco andando. É hora de nos posicionarmos. Sérgio Marques, não podemos avaliar o município só porque ele tem um plano, porque um plano todo mundo faz, deve ser apresentado o plano, como foi construído, como foi discutido, quais metas já alcançaram no curto, médio e longo prazo, em que resultou isso em benefícios para crianças e adolescentes. A maioria dos planos já vem pronto, ele vem construído pelas redes e nós perdemos esse bonde. Não temos tempo para se discutir esses temas, a gente não propõe, a gente reage e se perde muito na burocracia. Beto Pereira, a diversidade não é valorizada. Nos planos existe uma carência muito grande que precisamos ter esse olhar para as especificidades, devemos dialogar, mas com os movimentos sociais e com a sociedade fazer pautas com a possibilidade de sugerirmos uma pauta específica para esse tema, conhecermos os aspectos técnicos para esse tema. Formação, capacitação, seminário, consultoria. Tatiana enfatizou que é necessário repensar metodologia. É muito tempo para coisas que podem ser assertivas e menos reativas. Elói, essa pauta das resoluções e acompanhamento dos conselhos é um canal importantíssimo na proposta de assessoria que está sendo encaminhado na comunicação. Uma das questões é a das resoluções que se publica o ano todo, mas não tem o monitoramento, não sabe como é base na ponta. A assessoria precisa nos ajudar a encontrar instrumentos e alternativas. Como vamos nos municípios, encaminhamentos, SIPIA, conselho de direitos e conselhos tutelares. O Disque 100 ficou para 2024 verificar junto a Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente. Toda possibilidade de aportar recursos para a campanha do Carnaval, pautar na assembleia e contemplar as ações da campanha de Carnaval e acessibilidade, no caso libras e autodescrição. O Presidente Cláudio Augusto; abre a palavra para as conselheiras e conselheiros sobre o relato da comissão de mobilização e formação. Edmundo; Realmente está muito em cima para se pensar numa campanha para o Carnaval. Na Bahia o conselho estadual da criança, se mantém fazendo a campanha do Carnaval seguindo aquele protocolo que foi colocado aí pela comissão, mas esse processo começa setembro, outubro. Com a alocação de recursos, mas acho que é possível fazer alguma coisa. Por exemplo, campanha com a TV pública. Não sei se é possível conversar com o setor de comunicação do governo para pensar uma campanha pública em televisão e rádio. Porque tem ampla cobertura hoje no Brasil. Tanto nas tvs de câmaras, como pública no geral. Não sei se seria possível fazer uma campanha audiovisual. Ainda sobre a questão do PRODOC, não sei se foi feita alguma consulta, porque eu acho que assim, olhando de fora, sem ver o PRODOC, sem analisar o PRODOC, sem conversar com quem trabalha, com o tema na Secretaria. Mas talvez seja possível alocar algum recurso. Acho que é importante realmente pensar essa mobilização, pensar como que ela chega. Estar no segundo ano de retomada do Conanda e colocar a pauta do Carnaval sempre é muito colocada, falada aqui dos conselhos Estaduais, que vai ter uma reunião na semana que vem é muito importante. Ricardo Mello; é na segunda semana de fevereiro, quer dizer, daqui a pouco já é Carnaval. Acho que alguma delas talvez não tenha orçamento, não tenha nada planejado, mas alguma coisa do governo federal seria bom. Já peço aqui que talvez haja alguma produção realmente. Temos historicamente esses 3 macaquinhos. Não sei se pode se utilizar, mas é preciso ter realmente de alguma forma. Pensar essas agências exatamente no Carnaval, depois de 18 de maio, 12 de junho, aniversário do estatuto, Dia da Criança etc. Há pouco estávamos no dia dos direitos humanos também, que até coincidia com a declaração do universal de direitos humanos. Os estados, geralmente esperam o que vem do Conanda. Acho que eu entendo que é firmar nessa atuação do nosso segundo ano da gestão aqui, e pensar realmente diários de 2024, como já estamos pensando. Mas tem uma agenda bem importante, realmente. Nesse alcance e talvez aproveitar essa reunião com os conselhos estaduais na semana que vem. Um estímulo para essa divulgação e impressão também no próprio conselho estaduais. Não é que às vezes, o próprio conselho estadual também cria várias barreiras, dificuldades, entraves administrativos, inclusive na participação de adolescentes. Também não entendem muito as vezes como que porque adolescente daqui ao nosso lado falando não. Ele pode ou não pode assinar uma coisa? Enfim, acho que é essa burocracia, uma provocação da CMF é importante. É importante que a CMF comece a sua reunião o ano que vem com essa preocupação com as campanhas e alcance realmente começamos já com o Carnaval e que é mês que vem em fevereiro

tendo em mente a preparação de reorganização administrativa. Mas é importante ter o meio possível divulgação. O conselheiro Elói: pensamos aqui numa questão de encaminhamento pontualmente na questão da primeira infância. Mas uma questão que também me passei é que a gente encaminhou como proposições. Apareceu o debate aqui sobre a primeira infância. Mas como proposições, então 3 questões fundamentais do Conanda a ser signatário disso, assumir para si a responsabilidade dessa questão da primeira infância é trazer o plano para dentro do Conanda e pensar na construção de um plano operativo. Como que isso iria para a prática. Inclusive pensando de onde viriam os recursos de que ministérios etc. Como seria? Como se daria isso? E a outra questão é da possibilidade da incidência no descontingenciamento dos valores que a gente tem falado tanto sobre isso. A Conselheira Bruna: Estou pedindo informações ao grupo de adolescentes da adolescência entidade da coordenação que participo, porque eles estão fazendo uma campanha para ser lançada no Carnaval. É principalmente em relação à adolescência. Assim que ele me der mais informações aqui compartilho. O presidente Cláudio Augusto: Podemos aprovar o relato da comissão? Então está aprovado o relato da Comissão de Mobilização e Formação. Com a palavra a Comissão organizadora da Conferência. O conselheiro Lacerda; a comissão reuniu dia 11, às 15h, e nós tratamos de 5 pontos de pauta.: Fechamento dos processos licitatório; informe do processo de sistematização das propostas que estão chegando os estados; atividade de mobilização dos delegados e delegadas junto ao CPA; definição do ponto focal para aprovação de card de material sobre a conferência; e tem um ponto aqui que foi trazido e a questão da abertura da conferência. A Laurenice deu informe que foi fechado todo o processo de licitatório e já foi definido, inclusive, que foi pago 20% do valor. Pode ter a tranquilidade de que não é por falta de local que nós não vamos fazer a conferência. A empresa que ganhou a licitação já solicitou a relação dos delegados e delegadas que foram eleitos nos estados. Temos de 24 estados, porém todos já fizeram conferências. Essa informação é importante. Os 3 que atrasaram falta encaminhar essa relação dos delegados e delegadas, mas que tem um prazo para que eles encaminhem até o dia 15 de dezembro. O processo de sistematização está sendo feito pela equipe da FLACSO. Como 24 estados que já encaminharam a equipe que já trabalhou nessa sistematização, faltando 3 estados que não encaminharam ainda as propostas, mas vão encaminhar o prazo. Essas propostas, a FLACSO vai fechar isso até o dia 22 de dezembro. É o prazo que a equipe da FLACSO nos informou. Então, até o dia 22 de dezembro, todas as propostas estarão sistematizadas. Nesse sentido já queria dar um encaminhamento aqui que foi dado aqui pela equipe da FLACSO, que tem muita proposta que vão chegar em duplicidade, ou é uma proposta em nível local ou é uma proposta que aparentemente é de outro eixo e o estado propôs em outro. Pode aparecer esses 3 tipos de situação. Por isso, a equipe da FLACSO, como relatado aqui na última reunião nossa vai delegar o que se aprovou aqui que as comissões, as 4 comissões permanente que tem afinidade com aquele eixo, é quem vai fazer esse digamos assim, esse encaminhamento. A proposta aqui é no local, devolve para lá ou essa proposta que pode juntar ela com outra. Enfim, é a comissão que tem relação direta com o eixo é quem vai dizer isso. A gente queria acordar com a equipe da FLACSO que vai encaminhar isso no dia 22, e o prazo que as comissões terão 5 dias para dar esse retorno para FLACSO. Quem é a pessoa da comissão que tem que dar esse retorno. A sugestão que é que seja o coordenador da comissão. Então cabe o coordenador, a coordenadora distribuir isso entre as pessoas que compõem a comissão. Claro, que o coordenador não vai fazer isso sozinho, então deve distribuir essa tarefa junto aos membros da comissão. Dá um prazo de 5 dias. Se a gente acordar aqui, dá esse retorno para a equipe da FLACSO, porque esse prazo pessoal, porque pode ter proposta que a gente tem que retornar para o estado, então isso demora, por isso da questão do prazo. A FLACSO tem do dia 15 ao dia 22 para inserir as propostas desses 3 estados. Consultei aqui a Bárbara pode ser até o dia 10 de janeiro, o retorno de todas as comissões. Aí dá tempo de finalizar o caderno de propostas, porque ele tem que ser finalizado diagramado revisado está bom. Pode ser, então, até o dia 10 de janeiro. A depender do que vier trazer para a comissão organizadora para que a gente possa discutir um pouco sobre isso. Em um outro ponto de pauta que é ligado ao que a atividade de mobilização dos delegados e delegadas junto ao CPA. Como isso passo para uma demanda trazida também pelo CPA. Rayssa Rodrigues; estamos nos mobilizando para preparar para a conferência, mas estava pensando que não é só a gente que vem, tem muitos outros adolescentes de outros estados que vão vir também. Então a nossa mobilização vai ser pelas redes sociais do Conanda. É para mobilizar os adolescentes que virão para a conferência estamos pensando em fazer vídeos curtos, de até um minuto. Já nos reunimos 3 vezes e a primeira reunião falamos sobre Educomunicação e a partir da

segunda, começamos a tratar sobre como é, qual metodologia a vamos usar para alcançar mais os adolescentes, não só os que vão vir, mas também os outros, para saber o que é a conferência, a importância dela. Então nos reunimos com o grupo nessas reuniões e propomos qual rede social seria, no caso. Falamos para ser Instagram que é onde o alcance é maior. Também se propõe hashtag que vão usar o público-alvo, que no caso são os adolescentes que virão para a conferência. Não queremos que seja só eles que sejam atingidos, também se separou em 3 grupos, que é o que a Danúbia vai falar. Danúbia; tivemos 3 reuniões, virtuais e colocamos nessas reuniões as pautas o que da conferência e como participar. Isso em 3 grupos, o primeiro grupo é esse: O que é a conferência e como participar? E o segundo grupo é sistemático da 12ª conferência e o terceiro é direito de todas as crianças e adolescentes. Em cada grupo os adolescentes que escolheram, foi tudo voluntário. A gente propôs os grupos e os adolescentes entraram. Podiam escolher qual grupo queria. Quem fosse do 1 ou do 2, poderia participar do 3 também é porque o 3 tem mais coisa que é sobre o estatuto da criança e do adolescente. A partir desses grupos vamos criar os vídeos, já criamos um roteiro dos vídeos que vamos é produzir e enviar. Como a gente propôs isso? No encontro nacional usamos essa metodologia. Foram 3 grupos que a gente criou no encontro nacional. Como deu certo, então vamos fazer também nessa mobilização, é isso. Lacerda: outro ponto de pauta é com relação à definição de um ponto focal para definição dos cards e matérias sobre a conferência questão da comunicação. A sociedade civil já tinha definido na reunião passada, e o Paulo Tadheu, que se colocou à disposição porque ele é jornalista e trabalha com isso. Falta uma definição por parte do governo para ser paritário. Se pudesse ter uma, estou chamando aqui de mística, um resgate histórico, já que a conferência tem o tema central, a questão da orfandade. O Cláudio trouxe uma sugestão de que na abertura, a gente pudesse trazer 2 ou 3 convidados, para que pudessem falar também do que é que significou na ditadura militar. Alguns depoimentos sobre é criança adolescente que ou os pais foram mortos ou os pais sofreram tortura. Enfim, seria bem importante trazer isso. Eu também sugeri no momento que talvez a gente pudesse também trazer depoimento de crianças bem mais recente. De crianças, e o adolescente que ficaram órfãos em função da COVID. Então, ou você trazer depoimento de pessoas que pudesse estar aqui, ou você poderia também produzir vídeos. Bom, esse é o relato da Comissão organizadora da conferência. O presidente Cláudio Augusto: Alguma dúvida? Quem participou da comissão primeiro. Não da assembleia, alguma dúvida? Pergunta questionamento. Então, nós ficamos no dia 10 de janeiro para dar o retorno, para FLACSO, para comissão de sistematização. Essa proposta do CPA não é da preparação e participação dos adolescentes e essa introdução porque isso foi buscado e nós fomos chamados aqui a participar que vai ser a lembrança dos 60 anos do golpe. E como a nossa conferência foi para o dia 2 de abril, então está nesse ambiente que o governo também vai promover uma série de questões. Nós colocamos a conferência como uma disponibilidade para se fazer algo com esse foco que o Lacerda já colocou das vítimas órfãos. Vítimas de uma forma geral, tanto da COVID quanto também do sistema ditatorial implantado há 60 anos. Está aprovada a relatoria da comissão. Nós ficamos devendo um ponto focal para a questão da comunicação. O setor do governo aqui que a gente fez na nossa reunião, mas não chegamos ainda a essa indicação por conta da mexida que vai haver nas comissões. Passo a palavra para a representante do Ministério da Educação, Coordenadora Geral de Formação Continuada para as Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola, Senhora Valquíria Santos, por favor. Senhora Valquíria Santos; Bom dia para todas e todas as pessoas aqui presentes. Cheguei recentemente no MEC, na Coordenação Geral de Formação Continuada para trabalharmos a política de educação para a relação étnico-racial e quilombola, é com esse foco, na perspectiva negra, no âmbito da educação que recebi o convite. Em nome da Secretária Zara e da nossa Diretora Wilma, e do nosso Ministro que estou aqui hoje, conversando um pouquinho com vocês sobre a comissão que está sobre a nossa responsabilidade, que é a CADARA. Preparei uma apresentação para conseguir sistematizar de forma mais estratégica a nossa conversa. Para apresentar essa comissão para vocês conhecerem um pouquinho dela, é da sua estrutura. Na verdade, a CADARA, assim como muitas estruturas no âmbito do MEC é uma retomada na SECADI, uma retomada também neste governo, que é a diretoria de educação para a relação racial e quilombola, como diz a nossa secretária Zara, uma diretoria de raça, ela é uma estrutura nova no âmbito do MEC, que é sobre responsabilidade da SECADI. Então, no âmbito dessa diretoria que está funcionando as políticas de educação para a relação étnica, racial e quilombola, e tratativa com os movimentos sociais desses 2 recortes, que é a CADARA. Temos também a CONEC, mas é numa outra coordenação que já trata dos aspectos da educação quilombola e

sob a minha responsabilidade da junto com a diretora secretária é a CADARA. Eu trouxe um pouco de qual é o objetivo dessa comissão, numa estrutura da educação, então desejando é pactuar, manter esse objetivo, que foi um objetivo também de campanha, que é a abertura do diálogo com a sociedade. Nós estamos buscando ser uma gestão que represente a rampa presidencial e as pessoas que subiram aquela rampa. Então acredito que no âmbito do MEC, as comissões que a gente trata, que temos responsabilidade, elas têm uma diretriz e um ordenamento do próprio ministro, dos nossos secretários e diretores, de que seja um espaço representativo de diálogo e que aquela subida de rampa esteja refletida nesses espaços de diálogo. Então, a CADARA é um desses espaços com o recorte étnico racial. Hoje ela tem um assento no é Fórum Nacional de Educação. Esse é um espaço muito importante, um espaço que precisa ser fortalecido, uma vez que a CADARA retoma depois de muitos anos parada, muitos anos sem esse âmbito de diálogo sobre educação racial, sobre questão negra, no aspecto da educação. Então, ter esse assento no âmbito do Fórum Nacional de Educação é sem dúvida, é um espaço muito importante, representativo para as defesas em torno da lei 10639, de uma educação antirracista. E da própria Lei 11645, que já traz um recorte indígena que é tratado também numa outra diretoria. Mas, no aspecto de recorte étnico e racial, essa é a defesa, no escopo desse objetivo. Para abertura do espaço, participação popular, elaboração e obviamente, assim como vocês estão aqui num conselho, um controle das políticas públicas no âmbito do MEC. Essa comissão foi instituída, através da portaria 991 de 2023, publicada no dia 25/05/2023. Numa perspectiva da criação dessa portaria, desse fortalecimento, dessa retomada para trazer de volta essa trajetória dos 20 anos da 10.630, a CADARA novamente para os diálogos que giram em torno da implementação da lei 10.639 e, posteriormente, das diretrizes. Porque quando falamos da implementação, ouve-se falar muito, implementa a lei 10.639, implementa a lei 10.619. De fato, o que nós tivemos foi a instituição dessa lei. Com 20 anos completados em janeiro deste ano e, posteriormente a isso, tivemos as diretrizes. As diretrizes 2008 não teve a implementação de ambas, que as diretrizes são esse apontamento para que a educação, para que a escola, para que toda a comunidade escolar possa dialogar sobre a implementação e mesmo com essas diretrizes. Ainda não temos uma implementação devida no território nacional com relação a 10.639 e a pauta de educação antirracista na educação brasileira, o que para nós é uma pauta prioritária e principal, alcançar esse lugar. Quando falamos da lei 10.639, estamos sobretudo falando de garantir a implementação da LDB, que é direito do estudante e da sociedade. É um Marco na carta magna da educação. Todo educador e toda educadora que pisa no chão da escola precisa estar pertencente do que é a Lei de Diretrizes e Base. Então, quando falamos dessa lei, com esse recorte específico, estamos falando nada mais do que garantir o que está na LDB. Então essa é também uma narrativa defendida por nós, no escopo da comissão. Temos como membros, a CADARA é uma comissão bem ampla é são 34 representações, é uma estrutura grande. É uma estrutura que busca ter muitas representatividades, sobretudo no âmbito do próprio MEC, uma vez que dialogar sobre a pauta antirracista, sobre essas implementações não é algo de responsabilidade. Somos os principais articuladores, mas precisamos de algumas frentes de diálogo no âmbito do MEC, para conseguir assegurar e garantir a implementação da lei e de outras políticas que se desdobrem em torno da educação racial. Então temos a participação da sociedade civil por meio das instituições, mas contamos também com colegas, com atores importantes do MEC. Então temos a SEB, que é a Secretaria que cuida da nossa Educação Básica, SESU do Ensino Superior. E aí temos no âmbito do ensino superior, um debate também retomado, que é a política de cotas recentemente, neste governo Lula e com a defesa do nosso ministro essa reformulação da lei de cotas, valorizando o espaço também as pessoas com deficiência e quilombolas reconhecidos dentro desse escopo da política de cotas. Dessa forma, a partir dessa reformulação, com o apoio de uma bancada é importante para nós, faz valer o lema que estamos trazendo no MEC, em defesa da política de cotas de que as cotas abrem portas. Comprovadamente as cotas ao longo dos anos, e que bom, conseguimos garantir sua continuidade, abrem portas. Ainda precisamos alcançar em um caminho longo para que possamos ter um país, uma estrutura educacional em que talvez não precise de cotas para garantir o espaço de educação, espaço universitário acadêmico pra pessoas pretas, pardas, indígenas, com deficiência, com cotas, mas ainda estamos nesse caminho. Por isso, defendemos que as cotas abrem portas e que elas precisam continuar. Esse também é um diálogo no âmbito da CADARA, com apoio da SESU, tem também a SETEC, que cuida da educação profissional, onde temos ampliado bastante o debate não só para ampliação da educação profissional no país, mas também para pensá-la a partir desses lugares da educação racial e dos desdobramentos

do recorte racial que são necessários. Contamos com a nossa Secretaria que é a SECADI, e de outros representantes que estão vinculados em outras autarquias, em outros conselhos do MEC, que são também parceiros, para que possamos aprimorar os debates em torno dessa comissão. Então ao todo, a CADARA tem 34 instituições. Então, já falei da SEB, da SESU, da SETEC, da SASI, do próprio Inep, que é muito estratégico e muito importante para nós. Focalizamos o nosso trabalho de educação e das demais políticas a SECADI, trazendo uma fundamentação de dados para sustentar a política como uma base de dados com uma referência. O Inep é um apoiador muito importante e estratégico. Temos o próprio CNE e o FNDE, é a UNCIME, CONCEDE entre outros. Nominando cada uma delas por suas siglas que compõem. A CADARA, assim como outras comissões é presidida pela secretária da SECADI, a Secretária Zara Figueiredo, tendo como sua substituta a nossa diretora, a qual a coordenação que eu estou está ligada. O contato, a relação com as instituições, é feita no âmbito da coordenação da qual eu estou como coordenadora. As reuniões são regimentalmente falando, 2 reuniões ao ano, e as extraordinárias também podem acontecer. Nesse ano aconteceu uma extraordinária, sempre que convocada e presidida com os critérios e a presença maioria simples dos membros, que é o critério para a participação dos conselhos e das comissões. Semana que vem praticamente é uma semana que já está caminhando para o Natal, mas a ideia é fazer antes do ano fechar, uma agenda com a comissão, até para pensarmos numa perspectiva de um planejamento dos diálogos para 2024. Estamos na segunda reunião ordinária, que foi presencial também com as representações. Nosso regimento interno que está sob diálogo com a comissão. Em síntese, era um pouco isso. Podemos abrir também um espaço para vocês poderem perguntar e conversarmos um pouco agora. E representando esse lugar ampliado que a educação precisa ter e esse espaço representativo, como disse no início, que a educação precisa pensar a escola a partir dos vários olhares, para além do âmbito técnico ministerial que se pode contar com as secretarias e com as autarquias, mas também dialogar com quem fez essa história, com quem fez essa caminhada, com quem vem antes de nós na construção, sobretudo antes da própria LDB. Costumo dizer que o movimento social iniciou os debates por educação muito antes da própria LDB. Temos como um Marco histórico, a própria marcha zumbi que antecede a LDB. Em 95, só tinha o 20 de novembro assegurado na lei de diretrizes e bases e após aquele Marco daquela marcha aqui em Brasília pelo movimento social, passou a ter então algumas alterações. A própria instituição da LDB veio com algumas pontuações como reflexo da demanda apresentada por aquele grupo. Um agradecimento aqui a toda essa ancestralidade que me antecede nessa luta e que traz tecnologia educacional efetiva e efetuada para a mudança de vida das pessoas muito antes da nossa chegada aqui. Acho que a CADARA representa esse lugar de diálogo, de retomada das conversas, da escuta e de participação da sociedade no âmbito da construção das políticas e a SECADI trabalhando na instituição das políticas. Provavelmente o ano que vem, conseguiremos fazer o lançamento e as primeiras entregas dessa política e certamente a participação desses movimentos dos especialistas que integraram, não só 10.639, mas toda essa trajetória de Marcos legais, e integram também esse novo momento dessa política, o que para nós é algo muito simbólico e representativo, mas que também precisa ser efetivado a partir da política pública e com esse desenho, de participação, de diálogo e de discussão, mais uma vez. A presença de quem subiu a rampa precisa ser uma digital impressa nas políticas públicas e, sobretudo, na política de educação, que é uma política de abertura de oportunidades. Muito obrigada pela escuta de vocês. O conselheiro Renato: Sou o Obama e oba, meu nome africano. Sou de povos e comunidades tradicionais de matriz africana. Meu nome colonial é Renato César Ribeiro Bonfim. Sou da casa de cultura e ele é chefe de oxigán. Fica em João Pessoa, na Paraíba. Essa pauta, além de ser de interesse, nos custa muito caro. Então queria primeiramente pedir permissão para falar e agradecer a presença da senhora. Muito nos honra em ver uma pessoa tão capaz em uma missão extremamente espinhosa e dolorosa por quê o país o Brasil tem uma dívida impagável com o povo africano. A primeira colocação que gostaria de fazer, vou fazer alguns resgates, se assim todos me permitirem. Vou pedir licença, mas em 2005, quando a CADARA funcionava em pleno vapor, a casa de cultura fazia parte desse conselho, dessa comissão, e ao longo desses anos, como já foi dito pela senhora, que vem a grande preocupação que a senhora falou no início. Não vemos de fato e de direito uma lei que está complementando 20 anos tratando de forma não adequada para a implementação, que não seja só oficial, mas que seja de fato e de direito. Estou me referindo a lei 10.639, de 2003. Por que é que eu digo isso, doutora? Porque lá na Paraíba, temos 46 comunidades tradicionais quilombola 2019, 2020. Fizemos um projeto com o PNUD, que é o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. Um

projeto chamado ciranda do sistema de garantia de direito, voltado para crianças e adolescente de pobres e comunidades tradicionais de matriz africana. Esse é o meu segmento de luta. Visitamos 17 comunidades quilombola e algumas têm escola quilombola. Poucas das 17, 2 apenas tem escola quilombola. E nenhuma delas conhece ou ouviu falar na lei 10.630. Então, acho que a senhora está com não só com um desafio, mas mostrar realmente para o povo brasileiro que estamos tratando dessa política de preto e de preta com seriedade, com dedicação, com firmeza. Os fatos que ocorrem, que são diários. A senhora mencionou a lei diretrizes básica e podia mencionar aqui a BNCC. Ficamos extremamente preocupados quando não se vê de fato essa implementação. E logicamente nós temos o plano sustentável dos pobres de comunidade tradicionais, temos o plano Brasil quilombola, mas de que forma realmente o governo precisa trazer para nós essa pauta? E não fazendo uma crítica, mas acho que o Conanda devia estar dentro dessa pauta. O Conanda precisa discutir lá dentro do CADARA que seria a discussão étnico ou racial voltada para a infância e adolescência. E digo-vos em relação aos Quilombos. Digo, em relação às comunidades de terreiro, como fica a discussão dessa pauta? Acho que nós temos que ter esse olhar da diversidade que a senhora traz para nós. Esse olhar da diversidade precisa às vezes ter participação ou a maioria das vezes, precisamos estar lá, participando. Então, com todo o respeito às 34 instituições que a senhora mencionou, inclusive a Renafro está ligada à área da saúde, a Mapfre. É uma rede mais ligada à área da saúde, que é importante estar lá. Claro que é, mas e o terreiro, está onde? A comunidade de terreiro, que tem essa representação no Brasil inteiro. Não me identifiquei dentro da CADARA, e outra coisa que precisamos ter bastante atenção é no que diz a forma e o conteúdo que pretende levar. Porque temos que fazer um processo de saber, e está olhando que os anos estão se passando e é uma lei que não conseguiu criar musculatura. Não se criou um engajamento, não se criou de nenhum Ministério. Então senhor presidente, partindo para o meu encerramento, esses pontos focais que eu coloquei gostaria de fazer esse encaminhamento de o Conanda ainda poder participar dessa comissão. Logicamente, se for possível, um nome a se representar e falar sobre pretagogia. Temos uma doutora na Universidade Federal do Ceará, que trato sobre o tema pretagogia, e gostaria de saber se a CADARA já a consultou, pois ela fez mestrado, doutorado e trata esse tema da educação étnico-racial no geral com muita ênfase. Ela veio de Cuba e trouxe isso para nós lá na universidade. Gostaria de saber como está, se a CADARA já ouviu ou pretende ouvir? Como nós vamos tratar em vez de falar pretagogia? Conselheiro Lacerda; quero agradecer a presença da Coordenadora Valquíria e dizer que tenho 2 questões. Esse conselho tem uma preocupação muito grande em relação à evasão escolar de crianças e adolescentes, quilombolas, indígenas com deficiência e queria saber como é que a comissão vem pensando estratégias de enfrentar essa questão. A outra preocupação são os impactos da violência policial na vida de crianças e adolescentes na sua vida escolar. Sabido que a violência policial a partir da guerra às drogas, impacta diretamente a vida de crianças e adolescentes, especialmente as crianças negras, moradoras de áreas periféricas. Então, acredito que a comissão deve estar pensando sobre isso também e eu gostaria que você pudesse contribuir conosco. Quais são as reflexões que estão sendo feitas? Acho que no governo Lula uma conquista bem importante foi o retorno da SECADI porque até então, pela primeira vez na história, teve uma Secretaria dentro do MEC, porque o MEC sempre foi um Ministério muito elitizado. E ter dentro do MEC uma Secretaria que cuida especificamente da questão da diversidade, da inclusão da educação do campo. Represento aqui a Contag, Confederação Nacional de Trabalho Rurais, onde também tem uma diretoria que cuida especificamente da educação do campo. Queria perguntar o seguinte, a gente está vivendo um momento bem importante agora que é usada a partir desses 2 eixos, evasão escolar e o impacto da violência policial na vida escolar de crianças e adolescentes. Porque assim, se não tiver orçamento público, fica difícil implementar a política. E estamos vivendo um momento importante agora, que é elaboração de um plano nacional de educação, que tem um prazo agora por 2024 e Lei 13.005, que tinha um prazo de 2014 a 2024, 10% do PIB era segundo meta 20 do plano, era para ser investida na educação. Estamos não chega nem a 6% hoje do PIB para educação. Então temos um déficit quer dizer, andamos longe de alcançar a meta 20 do plano nacional de educação. Vai acontecer agora a conferência. Inclusive, gosto muito de conferência, estou inclusive na comissão, no ar também e no final de janeiro vai ser a conferência extraordinária de educação e ela está sendo chamada de extraordinária exatamente porque ela tem um foco na elaboração do novo PNE. Como que vocês estão acompanhando esse processo? Esse processo está sendo coordenado pelo Fórum Nacional de Educação? Vocês falaram que fazem parte do MEC, também fazemos parte, porque

assim, ainda tem muita coisa pessoal, as políticas ainda são muito feitas para urbano. É muito monocêntrica as políticas públicas. Quando você olha a meta um do plano nacional de educação, que destina especificamente à constituição de creche e educação infantil, chega muito pouco, fica muito nas creches, na escola urbana, mas pouco chega no rural e pouco chega nas comunidades quilombola. Então, temos um problema, não temos uma política nacional de educação infantil ainda no Brasil. Tem problema de creche e a mãe não tem onde deixar o filho. Quer dizer, a Secretaria de inclusão, mas ainda há uma exclusão muito grande. Minha questão é com relação ao novo plano nacional de educação, porque acho que é um momento importante e estou colocando essa questão aqui para SECADI, mas estou colocando essa questão também para o Conanda. É bem importante que possamos acompanhar todo esse debate no plano nacional de educação, porque é laudo, vai garantir meta e orçamento para que possamos estar garantindo isso. Acho que tanto para a educação infantil que há uma lacuna, no Brasil, com relação a isso, sobretudo creche. E uma educação também contextualizada. Porque a gente do campo esse é o grande problema. Ainda temos uma educação muito descontextualizada. Os livros didáticos são feitos como se fosse por urbano e não para o que estou falando rural. Também estou trazendo para as comunidades quilombola porque é o debate que estamos fazendo aqui. Então, é mais essa questão de como que a SECADI está trabalhando para influenciar no novo plano nacional de educação. Valquíria: Primeiro quero agradecer pelas contribuições que vocês também trazem quando fazem as considerações. Acho que todo o conselho, toda a comissão, é um lugar de troca e de provocações para que possamos construir e reconstruir. Estou buscando dentro de uma perspectiva, conhecer tudo e conhecendo a partir do que sabemos o que é a trajetória da SECADI. Inclusive, um elemento fundamental de pesquisas e defendida por muitos de nós, sem dúvida, é a seca de um espaço dentro do contexto da educação, que precisa ser visto e precisa funcionar em favor desses lugares de representatividade. A minha é área de educação racial. Área negra, que é a minha área de trabalho há algum tempo. Estou também trabalhando com educação do campo indígena, quilombola. É onde tive uma experiência importante, vasta, mas aqui venho para trazer contribuições institucionais sobre essa pauta e essa defesa da implementação da Lei 10.639, de práticas de educação antirracista, a partir de instituições públicas. O primeiro ponto, que é um ponto que inclusive já vim refletido em outros conselhos, é sobre essa garantia de participação ou do Conanda ou outras instituições. No âmbito dessa comissão acredito que isso precisa ser levado para discussão. Estou chegando agora, mas como participante, me habilito a levar essa discussão. É um pleito feito também por outras instituições, considerando os recortes que são extremamente importantes para diálogo. Mas gostaria de me colocar aqui à disposição para ser essa pessoa. Acredito que esse é um diálogo que já é presente, mas para retomar esse diálogo das representações no ano que vem com a comissão a qual somos responsáveis. Não sei se isso contempla assim a questão, mas essa é a proposta que tenho aqui para fazer para vocês, para garantir sempre esse espaço da conversa, do diálogo. Levar para a mesa da CADARA esse debate, esse diálogo, essa discussão e de repente, uma participação. Assim como estou aqui hoje em um momento de participação de alguns de vocês lá, para falar um pouco também. É uma estratégia democrática em que podemos construir a curto prazo. O segundo ponto, que na verdade, tem 2 eixos, que é a evasão e a violência letal policial, posso trazer aqui que a política que estamos desenhando no âmbito da SECADI e toda a política, isso não é só a diaré, mas toda EJA, da juventude, sobretudo temos lá uma coordenação geral também de juventude posso assim afirmar para vocês que o direcionamento da Secretária Zara, que é a primeira mulher a comandar a estrutura da SECADI, antes nunca teve uma mulher no comando da Secretaria. Uma mulher negra que tem um compromisso não só científico porque a professora Zara é uma pesquisadora com muitas contribuições nos aspectos da aprendizagem, mas muito comprometida com a redução dos índices que tiram a população preta da escola. Sem dúvida, um grande compromisso da professora Zara de tantos que ela tem com a educação e diversidade. Mas posso afirmar do que tem de trocas com ela e de ter aceitado trabalhar com ela. Essa é uma prioridade de agenda institucional que ela tem não só pessoal, e muitas vezes pude ouvi-la falar sobre essa questão do analfabetismo e do quanto precisamos avançar. Ela traz aspectos muito pessoais com relação a esse ponto, mas sobretudo toda a agenda que tira a Juventude negra, a criança negra da escola. Então essa é uma defesa feita no âmbito da SECADI e todas as políticas que estão sendo entregues, que estão sendo estruturadas. Elas visam um planejamento para que conversemos sobre esse tipo de lacuna social e de que maneiras a política pública, no âmbito da SECADI, dentro do que é a nossa responsabilidade. E lembrando aqui que nós

precisamos contar também com outras áreas que são por vezes maiores e que têm uma capilaridade de articulação no âmbito da educação um pouco maiores. Precisamos também contar e temos feito as provocações necessárias para que isso aconteça no âmbito do MEC, e não só da SECADI. Então a evasão e o abandono todos esses indicadores que representam a exclusão da população negra das oportunidades a partir da educação, são pautas prioritárias da nossa Secretária da SECADI. E querendo trazer para depois e falar um pouco dessa questão da violência, vou querer trazer a terceira questão, que é sobre a CONAE, e sobre o PNE. A infância negra, precisa ser vista dentro das estratégias de construção da política de educação infantil, então, desde que cheguei, a agenda de planejamento, agendas de estruturação para 2024 para continuidade do nosso governo. A SECADI vem participando, trazendo sobretudo esse recorte, e do quanto tem um olhar voltado para a primeira infância. Esse ano, sobretudo para a primeira infância, dentro desse aspecto, dessa agenda de primeira infância, uma das provocações que temos feito, e já é no âmbito da nossa diretoria, de perto da coordenação que estou é o quanto a infância negra aparece nos desdobramentos do recorte da política, da agenda de primeira infância da educação infantil, a partir de uma lógica que temos 56% da população autodeclarada negra de pretos e pardos. Temos um recorte de gênero e um recorte racial, que também é muito forte e que também aparece convergente nos dados que temos a educação infantil. Uma vez que temos uma parte significativa de família chefiada por mulheres, por mulheres negras e uma demanda da educação por creche, por pré-escola para atender a demanda dessas mulheres e para atender também o escopo desse recorte racial e desse recorte étnico que a gente tem e que a educação é uma política, é uma porta, assim como a saúde é que tem um reflexo muito forte, muito impactante desses dados e desses recortes. Então, pensar a infância negra, que não como universalizar a criança preta. Ela, tem contextos, sociais, históricos, territoriais, estruturas familiares que apontam para uma necessidade uma primeira infância e é importantíssimo isso. Acho que esse é um primeiro caminho, cuidar das crianças para que se tenha resultados de educação, mas não só os resultados de números. Não é quando falamos do estágio, de número, para nós da política pública, é muito importante falar deles. Não se consegue fundamentar a política pública sem eles, mas também é fabular sobre os outros lugares da infância, da educação infantil que perpassam por esse recorte racial. Então, na construção da política pública falei para vocês que estamos andando e daqui a pouco conseguiremos lançar uma política para a nível de país em educação racial, com um direcionamento e com um investimento público para que a implementação da lei possa acontecer. Ela vem com um aparato muito forte do quanto a educação é infantil o ensino fundamental 1 e 2, que são lugares estruturais, estruturantes dessa estratégia de enfrentamento do racismo no aspecto da educação. Então a gente vem com uma construção que pense a criança e ao adolescente nesse lugar, do dado educacional do país, dos resultados que temos nos estados, mas também da fabulação, de possibilidades com investimentos públicos que é importante, na política pública ela precisa de financiamento às redes estaduais e municipais. Precisam desse impulsionamento aqui do governo federal e do MEC, o Ministério, o qual eu estou representando. Precisamos falar também sobre isso, do financiamento, da estrutura financeira de apoio para a implementação. E estamos num movimento de realizar uma implementação tanto da lei, quanto de suas diretrizes para operacionalizar o que diz a letra da lei, mas também vamos provocar dentro dessa política que será entregue à sociedade. As possibilidades de fabularmos sobre os desdobramentos que se tem a partir dos corpos, que estão dentro das salas de aula, crianças e adolescentes, que é onde a gente tem 1 o volume de matrícula maior na educação brasileira são, sem dúvida, um foco prioritário, porque pensar a primeira infância, e pensar uma educação a longo prazo cada vez melhor e uma educação melhor. É uma educação sem racismo, assim como uma juventude viva, uma juventude que não esteja suscetível a tantas mortes letais. Acho que esse é um grande debate do movimento social, não só da CADARA. Acho que limitar esse debate, a CADARA o reduz é muito, então não farei aqui, mas para o movimento, sobretudo, acho que também indígena, estamos vendo a violência nos territórios. Essa é uma agenda prioritária e já não está mais no escopo do MEC, mas também vai integrar as parcerias para o Juventude negra viva, que é também uma agenda histórica que é retomada e essa agenda para nós que trabalhamos educação, trabalhamos com juventude que trabalhamos com adolescente, que é educação também se integra disso. Uma ação muito estratégica e muito importante para alcançarmos os estados e municípios. Eu acredito nessa agenda, como acreditei nela quando foi lançado anteriormente em governo anterior, como uma possibilidade de fomento e de provocações dos territórios com relação a esses índices de que a cada 23 minutos a gente perde um jovem negro, pela

violência, pelas drogas. Então, acredito na Juventude viva como sendo também um caminho. Uma política que está sob a nossa responsabilidade, mas já fomos chamados a integrar, enquanto educação. São esses comitês, para discutir sobre a retomada do Juventude viva então deve ser a partir deles. Porque é importante a gente trabalhar também a partir dos eixos estruturantes de governo. A partir dele e com representações negras compondo e integrando, faremos as defesas necessárias para que nós tenhamos jovens adolescentes, crianças negras viva. E que a escola seja um lugar onde possamos acolher da melhor maneira os corpos negros vivos, com educação dentro daquele espaço e com aberturas de oportunidades, possibilidades futuras, considerando não só o acesso, mas a permanência da Juventude negra e das crianças negras na escola. E, conseqüentemente, esse também é um resultado para as suas famílias. É, eu sou uma mulher preta, eu tenho 35 anos e sou o resultado da educação pública. Minha mãe era uma trabalhadora doméstica, e assumi um lugar dessa lacuna de não ter um pai ali para criar todo mundo. Ainda assim, costumo dizer que conversando com uma colega outro dia, analisando dados, ela me olhou e disse, nossa, você é um milagre, porque os dados eles vão na contramão do acesso que você teve. Então, assim precisamos também pensar nesse lugar de não contar com a sorte, mas sim com a política pública estruturada para que outras mulheres jovens possam sentar-se nessa mesa, assim como tem as meninas, assim como tem a minha presença aqui que pude estudar na escola pública, fazer um mestrado na escola pública. Então acho que essa é a cara da educação que a gente deseja defender uma educação que preserve as nossas vidas junto com toda a política pública, uma educação onde a gente esteja vivo, mas que seja uma educação pública gratuita e de qualidade. No entanto, uma educação pública gratuita, de qualidade, com racismo nós não temos nenhuma estrutura de política pública que seja de qualidade. Diante da presença de índices altos de desigualdade, sejam elas econômicas, sociais, de gênero e, sobretudo, a que me compete aqui, de raça. Esse é o lugar de diálogo que nós da SECADI participamos de todos os grupos de trabalho, nos dividimos para participar de todos os grupos de trabalho, de diálogo, sobre o PNE, sobre as discussões dele dentro do MEC. Porque passa pelas comissões técnicas que a gente integrou todos os grupos de comissão técnica. Dividimos a equipe da SECADI inteira para assegurar que isso que eu estou falando aqui não seja uma narrativa aqui, mas que ela se apresente no plano nacional de educação como um documento estratégico e importante para as lutas da educação. É da infância, das famílias e dos resultados que a gente deseja alcançar na política. Se tiver mais alguma coisa, fico à disposição.

Conselheiro Marco Antônio: represento a central única dos trabalhadores, sou da direção da CUT, com certeza já deve ter conhecido a nossa representação. Então, muito satisfeito com o que eu ouvi aqui. Gostaria de parabenizar o ministro, não é que passa por ele também, não é a anuência por você ocupar a coordenação, mas assim extremamente, está comentando com os amigos aqui do lado. A sua competência já entra com esse pouco tempo sabendo o que tem que fazer, como quando é isso é importante e o que estou dizendo aqui para ficar registrado mesmo. Não há da minha parte nenhuma indagação, nada disso. Só há um senão que falou que tu a menina falou que você é um milagre, 35 anos, tenho 57, eu sou o que então? Alguma coisa é o respeito pela caminhada que vem antes. Eu sou de São Paulo. Você deve saber que estou dizendo, então 45 é dramático, mas é isso, a Valquíria é parabenizar, é a caminhada. É importante também que fique registrado. Os colegas aqui sabem, mas é sempre bom, porque como isso está gravado no YouTube, não é alguém com certeza vai se educar mais um pouco nós. Estamos tentando recuperar 6 anos, de destruição e não está sendo fácil. Você vê a nossa primeira-dama recentemente, essa semana foi atacada que até a PF teve que entrar na jogada. Então não é tarefa fácil, não será, e todos nós que estamos aqui no Conanda e vocês que estão ocupando, reestruturando o Ministério, sabem disso. Todos nós, ao sairmos desses ambientes podemos ser apedrejados. O carro jogado em cima, tiro e facada e tal, mas é do jogo. Nós temos que saber disso agora, da forma como você fez a interlocução com os 3 colegas. Eu só tenho a parabenizar e te desejar muita sorte. E o que precisar de nós, todos nós me acredito e mais, os companheiros e companheiras que estão nessa primeira versão do cada é você pode contar com a gente que você precisar. O Conselheiro Edmundo: Eu queria fazer um pedido. Parabéns, Valquíria e obrigada! Eu sou da Bahia. A instituição que eu coordeno é o Cecup, Centro Educação e Cultura Popular e nós temos uma profunda ligação com as questões raciais. Desde a fundação da instituição, que completa 40 anos. Agora vê você, mulher negra e com esse conhecimento, com essa sabedoria é motivo de orgulho. Mas eu não posso deixar de falar, que mesmo sabendo que não é a área que você está atuando. Não posso deixar de falar de um evento que aconteceu na Bahia, no município de Teixeira de Freitas, no dia 14. Quando é que o

Brasil vai acabar com esse negócio de escola militar? Isso é um absurdo! O fato que aconteceu não é um fato isolado da escola militar. Vou relatar aqui agora, durante 40 minutos, adolescentes e crianças dessa escola da polícia militar do estado da Bahia foram expostos a um sol escaldante de 39°. Algumas das crianças e adolescentes passaram mal. E isso é recorrente, não é um fato isolado. Às vezes, é o cabelo que não deixam entrar na escola, porque o cabelo é grande. É esses alunos que foram expostos ao sol. Era um castigo porque o uniforme deles estava inadequado para a escola. Então isso é educação? Quando é que o MEC vai tomar uma decisão? Já tomou uma que foi aquela de acabar com aquele a escola cívico-militar de financiar aquela excrescência que aquilo não é educação, aquilo é excrescência, submeter crianças e adolescentes a um regime militar. É um absurdo e o Brasil precisa acabar com isso. E você, como mulher negra, comprometida com essa luta antirracista seria a nossa porta-voz para lá, dentro do MEC, é envidar esforços para que a gente tire isso da nossa história. Conselheiro Renato: Eu teria um pedido para botar uma escola lá numa comunidade quilombola, mas a gente pode conversar depois. Valquíria: para finalizar, eu pedi licença aqui ao seu Cláudio para poder fazer um pedido a vocês todas e todos que os espaços de representação, os quais vocês estão para além daqui que vocês possam ser também atores. Pessoas que contribuam com as defesas dessa agenda de educação racial nesses espaços, não é um diálogo, um debate. A gente pode até ter um sentimento de que isso já está pacificado de que conseguimos levar essa pauta a todos os lugares, mas ainda não conseguimos. Mas se a gente se unir a conselhos, comissões, entidades, independentemente de quais sejam as representações, nós seremos mais, seremos muitos. Então, é um pedido que eu faço aqui, que os espaços de representação que vocês estejam nas instituições façam sempre a defesa do recorte racial nas agendas que vocês defendem, assim como foi feito aqui. Isso também é fortalecer, também é importante adentrar as relações de poder para o fortalecimento dessa agenda, que é a agenda negra na escola, no trabalho, nas questões de gênero, religião. E podermos nos associar de forma no sentido de associar mesmo de estar juntos. Para essas defesas, certamente ela ficará cada dia mais forte e a gente vence. Esse é um desejo. Tem algumas correntes que não acreditam na total erradicação, mas ainda quero acreditar no fim do racismo. Não sei se viverei numa sociedade sem racismo, mas vou acreditar nisso enquanto tiver que neste plano. E se não estiver, que isso seja uma realidade futura, mas com outras pessoas, com outras instituições, com outros conselhos também apontando esse debate. Para isso, nós não precisamos ser fortes, nós não precisamos ser especialistas, nem pesquisadores. Nós precisamos ser agentes sociais, exercício de cidadania, pensa, enfrentamento ao racismo precisa ser uma pauta urgente da sociedade de verdade. Então esse é o meu pedido aqui para vocês, que onde estiverem, nos espaços de discussão que possam assim levar esse contexto, levar esse recorte, porque a questão racial passa por todas as políticas. Quem ainda não acredita nisso está vivendo um engano, a questão racial, recorte racial, passa por todas as políticas, então esse é o impulsionamento que nós também precisamos, não só enquanto a comissão que reúne algumas instituições, mas também enquanto agente pública fico ciente da responsabilidade que temos enquanto agentes públicos, mas é essa pauta que vai parar além do que é regimental, essa é uma pauta que passa por questões muito ideológicas, por alguns enfrentamentos e desafios, e vencê-la é formular políticas públicas estratégicas e efetivas, mas também uma mudança de pensamento, de um projeto de sociedade. Então esse é o meu pedido para vocês e o meu agradecimento. Mais uma vez, em nome da nossa equipe, da nossa diretora Wilma, da nossa secretária Zara, que é mulher atuante em defesa das pautas diversidade é também do nosso ministro e de toda equipe do MEC pelo convite. A gente fica sempre à disposição para estar conversando com vocês e quando precisarem, chamem. Também as portas da SECADI, da Coordenadora-Geral de Formação Continuada para as relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola, estão abertas para todas e todos vocês. O presidente Cláudio Augusto: Nós que agradecemos a sua participação. Aqui fica o indicativo da vontade de envolver o Conanda nessa discussão. Veja lá a melhor forma e não só o quando ainda está lá, como também a tua coordenação, a própria SECADI estar aqui também no momento que achar importante para a gente alimentar esse diálogo fundamental que nós precisamos ter é em torno dessa questão. Seguindo a pauta, vamos fazer o intervalo do almoço. Próximo ponto de pauta às 14h estaremos de volta. 14h: O presidente Cláudio Augusto: Recomeçou a assembleia no período chamando para a apresentação, Eliana Ormelezi, representando a associação Marista e Regina Caldeira, representando a Fundação Dorina Nowill, apresentação sobre o dia Nacional do Cego. A senhora Eliana: boa tarde! Agradeço a oportunidade de falar nesse conselho e parabenizo pela assembleia com o tema de hoje. Sou uma mulher de 65 anos,

branca, de cabelos castanhos, estão presos hoje. Estou com uma camiseta branca e sobre ela um vestido decotado preto e um colar prateado e uma pedrinha preta no meio e ao fundo. Nós estamos com um fundo azul e o logo da Laramara, que é um olho estilizado e embaixo o nome Laramara. Sou psicóloga, e atuo na área da deficiência visual há 45 anos. Estou na Laramara há quase 30, então vou falar muito brevemente da instituição. A Laramara é uma organização da sociedade civil, com 32 anos de existência, ela nasceu se dedicando ao atendimento da criança e, ao longo dos anos foi ampliando. Hoje nós atendemos até os idosos. Costumo dizer que a instituição já nasceu no bojo do paradigma da inclusão. Quero dizer o movimento que vinha no mundo todo há muitos anos e que culminou no paradigma da inclusão. Laramara já nasce dentro dessa visão de mundos sobre a deficiência visual, sobre a pessoa com deficiência como um cidadão, como um sujeito de direitos também, e a instituição está estruturada em 4 grandes centros, o centro de atendimento especializado em avaliações, diagnósticos, prescrição de recursos especiais específicos que são necessários para deficiência visual. Um outro grande centro, que é o de ludicidade, com muitos espaços e atividades lúdicas para as crianças e até mesmo para os adultos. Outro centro é o de pesquisa, estudos para disseminação do conhecimento acumulado na área da deficiência visual e o outro é o centro de ações complementares. Vou citar 2 exemplos, um é a fábrica da máquina braille que foi trazida e prepara o Brasil aqui pela Laramara para tornar mais acessível a máquina para as crianças brasileiras e adultos e jovens brasileiros com cegueira. e o outro grande exemplo dessas ações complementares são os nossos centros de tecnologia ativa desde a tecnologia de baixo, de médio e alto custo de baixa, média e alta complexidade. E nós temos um grande foco de atuação junto à família, a escola e a comunidade em geral e entrando no nosso tema. Sempre que falamos infância e adolescente. A ciência nos remete a que criança, que adolescente, nós estamos nos remetendo e o de quem nós estamos falando como esse sujeito que nós queremos é um sujeito de direitos, empoderado, ativo, sujeito da sua própria história, com o seu protagonismo. É que ele tenha confiança, esperança, encantamento pela vida, onde ele possa atuar e se desenvolver, despertando a sua força criativa de ação no mundo e para isso nós pensamos sempre em quais são os direitos dessa criança e desse adolescente, então nós voltamos aos direitos básicos de proteção, cuidado, afeto, a proteção à vida, não violência. O direito ao brincar, a saúde, a alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à profissionalização, a dignidade e ao respeito, com liberdade, o direito à convivência familiar e ao fortalecimento dos vínculos de convivência. E quando falamos tudo isso de direitos, pensamos, quem são os protagonistas que vão fazer a defesa desses direitos da criança e do adolescente? Obviamente, a família, o poder público, a sociedade são como um todo e dentro disso nós, na área da deficiência, mas não só todas as pessoas preocupadas com a infância e adolescência dos brasileiros. Nós nos remetemos à pergunta, e as crianças e jovens com deficiência. Onde estão esses direitos garantidos? Quem está fazendo a defesa desses direitos? Porque, afinal de contas, existem algumas diferenças da criança com deficiência ou do adolescente com deficiência, particularmente com deficiência visual. Então vamos falar novamente em relação a todos esses direitos fundamentais, mas vamos dizer também, vamos acrescentar o direito ao diagnóstico especializado e que ele seja feito muito precocemente na vida dessas crianças ou então, assim que se adquire a deficiência que essas famílias e essas pessoas cheguem aos serviços muito rapidamente para que seja feito o diagnóstico e que seja instalado um atendimento. Vão surgir os recursos especiais voltados à deficiência visual e é somente com acesso a esses recursos que, de fato, que esses direitos serão garantidos. O direito à participação efetiva em toda a sociedade é também o direito de fala da criança, nós não podemos deixar de pensar no direito as aprendizagens. E, automaticamente, me remeto no sentido de que a escola é o lugar social e é o lugar da transmissão do conhecimento que a cultura que a humanidade acumulou e a criança com deficiência, a criança com deficiência visual, o adolescente, ele só terá acesso a essa vida escolar se ele tiver garantido esses direitos aos recursos especiais e à convivência com dignidade. Avançando um pouco, mas é preciso remeter a essa história de aproximadamente 30 anos para cá, porque precisamos lembrar que o ECA, o estatuto da criança e do adolescente tem 33 anos de existência. Que a lei brasileira de diretrizes e bases da educação nacional vem desde 1996. Que temos também a Conferência Internacional de Salamanca, sobre os direitos da pessoa com deficiência da educação para todos, que também é desde 1994. O Brasil, tem um histórico de uma legislação extremamente avançada de fazer parte de todas as conferências e convenções internacionais. Temos 14 anos da Convenção Internacional dos direitos da pessoa com deficiência. Temos também 15 anos, da política nacional da educação especial na

perspectiva da educação inclusiva. Temos 12 anos do decreto do atendimento educacional especializado. Temos 8 anos da lei brasileira da inclusão, mas infelizmente, quando nós vamos para a realidade, particularmente da escola, e estou me dedicando a falar da criança, principalmente na primeira infância, mas não só, também o ensino fundamental e depois chegando ao ensino médio, e a escola está muito longe de realmente favorecer toda a condição de igualdade de oportunidades, melhor falando de equidade, para que esses alunos com deficiência visual tenham acesso aos materiais didático pedagógicos à máquina braile aos aplicativos tecnológicos que favorecem a leitura, que favorecem o acesso à comunicação dessas crianças. Somente com o acesso a todos esses meios, é que a criança e o adolescente com deficiência e, particularmente a deficiência visual, a Regina, vai explicitar mais a questão própria do braile, por isso pedi para falar primeiro para a gente nessa linha, mas a escola precisa mesmo com todas as políticas públicas que são excelentes, incluindo a nossa aqui do município de São Paulo. Este ano houve foi referendada a convenção dos direitos da pessoa com deficiência. A política nacional de educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, mas quando vamos para o cotidiano das escolas, nós não temos visto reflexo disso no dia a dia das crianças e adolescentes. Diz que apoio aos professores, que é fundamental para que tudo isso aconteça. Então encerro aqui e fico à disposição para qualquer pergunta e ainda faço uma menção que vejo como muito importante, que é a resolução conjunta entre o CONADE e este conselho CONANDA, que vai justamente nessa direção e que pactua também com essa política da educação especial, na perspectiva da educação inclusiva, li a resolução. São 29 diretrizes fundamentais para que esses direitos realmente sejam efetivos na vida das nossas crianças e adolescentes pelo Brasil, a questão da deficiência. Como vocês colocaram nessa resolução, ela é intersetorial, é transversal em todos os segmentos da sociedade, em todas as políticas públicas, é essa resolução que une os 2 conselhos, toca também num ponto central que a formação continuada de todos os profissionais, mas disso que vocês estão instaurando como um sistema de garantia de direitos. Então eu queria trazer aqui um pouco dessa realidade que vivo há 45 anos e que vivo na Laramara há 30 anos e que as entidades, de modo geral, cumprem de forma muito forte esse papel. Em relação a esses direitos, mas isso precisa ir muito além dos muros das entidades, das organizações da sociedade civil, mas adentrar de fato em todos os setores da sociedade em geral. Muito obrigada, mais uma vez. A senhora Regina: Cumprimento em nome do presidente Cláudio, da vice-presidente Marina, cumprimento a todos os participantes dessa assembleia e agradeço a oportunidade de estar aqui hoje podendo falar um pouquinho sobre os direitos das crianças e dos adolescentes com deficiência visual, especialmente hoje, 13 de dezembro, dia nacional do cego. Comemoramos também no dia 3 de dezembro, o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. E é o aniversário de lutas, então é um momento bastante importante e muito bom estar aqui participando com todos vocês. Sou uma mulher cega, de pele clara, uso óculos escuros, tenho cabelos que já foram originalmente castanhos claros, agora são naturalmente tingidos e estou vestido uma camiseta institucional da fundação Dorina Nowill para cegos. Estou aqui na sala de reuniões, que nós chamamos de sala Dorina e tenho que as minhas costas uma foto de dona Dorina, que é a nossa grande inspiradora. Vou falar um pouquinho da minha história que se liga muito a história da fundação Dorina. Então já aproveito e falo também sobre a importância da fundação Dorina na minha vida aqui. Muitas palavras que possam traduzir o que significou. Costumo dizer que eu sou uma pessoa com deficiência visual, uma pessoa cega, privilegiada, porque de tudo que Eliana falou, acho que tive a maioria daquilo que é importante para que uma pessoa cega possa, principalmente, uma criança que nasce com uma deficiência visual, possa se desenvolver e realmente se tornar protagonista da sua história. Nasci com glaucoma, perdi a visão aos 7 anos de idade. Tive uma família. Muito, tive desde os primeiros anos, perdi a visão por completo com quase 8 anos e 6 meses. Eu já estava aqui na fundação Dorina e foi aqui que a minha família recebeu todo o apoio. Foi aqui que eu também recebi todo o atendimento necessário e todos os livros que eu precisei ao longo da minha vida escolar, estudei uma escola regular do meu bairro e isso foi muito importante para mim. Sou formado em letras, atualmente sou coordenadora de editorial e revisão braile da fundação Dorina que existe há quase 77 anos, foi fundada em 1946 e, além do atendimento de habilitação, reabilitação pra crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência visual, pessoas cegas e com baixa visão, a fundação também oferece acessibilidade, soluções em acessibilidade tanto para as pessoas físicas como para empresas e para órgãos públicos. Para que as pessoas então possam ter toda acessibilidade necessária, para a sua autonomia, para a sua independência, para a sua cidadania, e trabalha com a formação de professores

nas áreas de atendimento AEE, pessoas com deficiência visual na formação de educadores. Então tive todas essas oportunidades e, principalmente, tenho a oportunidade de trabalhar aqui na fundação e ajudar nessa questão toda da acessibilidade. Poderia falar muito, mas como o tempo não é muito, eu vou falar basicamente da importância do braile para uma pessoa que nasce cega ou que perde a visão nos primeiros anos de vida. Então, o braile é imprescindível para alfabetização dessas pessoas. Não existe uma outra forma de que uma criança que nasce cega ou perde a visão muito pequena, que ela possa ser de fato alfabetizada ao longo daquilo que vou falar daqui a um pouquinho vocês vão perceber o porquê eu estou falando isso. Vou começar falando o que é o sistema braile. Não no sentido de como é que, como ele é formado. Ele é formado por 6 pontos, em relevo. Conseguir desde 1825, que até ali as pessoas viviam muitas até internadas em manicômios, como se fosse doentes mentais, mas a partir do braile, as pessoas cegas puderam construir a sua própria história. Então, o que é o braile? É um sistema universal, é um sistema natural de escrita e leitura. É um sistema lógico, ele pode ser aplicado a todas as áreas do conhecimento. Ele permite a representação de margens, é genial no que se refere à leitura, porque cada caractere pode ser reconhecido por um único toque da polpa do dedo indicador. E falando um pouquinho sobre cada uma dessas características, dessas peculiaridades tão importantes do braile, quando dizemos que o braile universal, isso significa que ele pode ser adaptado a todos os alfabetos do mundo. Recentemente, ele foi adaptado à escrita Guarani do Paraguai. Quando dizemos que ele é um sistema natural de leitura, isso significa que é o único sistema que permite o contato direto das pessoas cegas com os textos escritos, acionando a mesma área do córtex cerebral que é acionado com a leitura visual. A alfabetização de uma criança cega por meio do sistema braile é imprescindível para o seu desenvolvimento neuropsicomotor. Outras tecnologias podem ser utilizadas como apoio, tais como é, tablets e computadores. Mas é somente lendo textos impressos ou por meio de uma linha braile ou display que essa criança vai aprender a ortografia e toda a simbologia das diferentes áreas do conhecimento. Quando a gente diz que ele é um sistema lógico e significa que as suas 63 combinações foram pensadas para serem memorizadas com facilidade e para acompanharem a evolução da escrita graças a essa lógica. Hoje já podemos contar com o braile de 8 pontos, que é usado em impressoras e linhas braile, que permite um número bem maior de combinações. Quando dizemos que o braile se aplica a todas as áreas do conhecimento, isso quer dizer que, ao longo de quase 2 séculos, ele vem se adaptando à representação da matemática, da química, da física, da fonética, da música e até da mais moderna das ciências, que é a informática. E quando dizemos que o sistema braile permite a representação de imagens, isso quer dizer que ele amplia imensamente o universo das pessoas cegas, porque permite que elas possam tocar formas e representações que lhes seriam totalmente inacessíveis pela falta da visão e ao mesmo tempo, o uso da celebras permite que as próprias pessoas cegas possam fazer representações geométricas e de outras imagens, o que contribui significativamente para a sua inclusão escolar. Quando dizemos que o braile é genial, porque pode ser lido com a parte mais sensível do dedo indicador, isso significa que quando uma criança cega, utiliza corretamente as técnicas de leitura, o seu aproveitamento escolar é muito maior. Isso aumenta as suas oportunidades de educação e de profissionalização. É parte da progressão escolar, essa criança pode e deve utilizar outros recursos, mas só o braile permite a leitura eficaz de gráficos, tabelas, máquinas, mapas, equações matemáticas e estruturas químicas. Aí já dá para perceber o quão importante é na educação de uma de uma criança cega. Não tem como não dizer que o computador pode ser um apoio, um tablet. É muito gostoso para os pais olharem para a criança e ver o seu filho usando o computador. Mas, para usar o computador ele já precisa estar alfabetizado e já conhecer o braile. Então, vamos falar um pouquinho a quem cabe a responsabilidade de garantir que o braile continue tendo essa importância. A partir da década de 1970, muitas novas tecnologias foram sendo desenvolvidas para facilitar a produção de textos em braile e, conseqüentemente, aumentar sua oferta. Os livros falados e digitais, escritores de tela, a internet, os smartphones e tantos outros recursos são hoje os grandes aliados das pessoas cegas facilitam a sua educação, a sua profissionalização, a sua cultura, o seu lazer, garantem a sua segurança, a sua privacidade. No entanto, em vez de serem recebidas como aliadas do sistema braile, essas tecnologias têm sido sempre saudadas com a célebre frase pronto agora chegou. Fim do braile? Então, esse e outros fatores têm gerado em todo o mundo um fenômeno que muitos chamam de desbrailização, e se essa realidade não for mudada em breve, todas as crianças que nascem cegas ou que perdem a visão da primeira infância serão consideradas analfabetas funcionais. E a quem cabe a responsabilidade de impedir essa que eu chamo de uma grande tragédia, uma catástrofe? Cabe

às famílias, que devem conhecer e se orgulhar do sistema natural de escrita e leitura utilizado por seus filhos cegos, participando da sua alfabetização, assim como participam da alfabetização de seus filhos, que enxergam. É responsabilidade dos profissionais que precisam não apenas conhecer o sistema braile, mas estão conscientes da sua importância na verdadeira educação da criança cega e preparados para ensiná-los de maneira a ser de fato, eficaz e que inclui tantos outros cuidados. O uso correto das técnicas de leitura é a responsabilidade dos educadores e da comunidade escolar para que não seja visto como algo folclórico, e sim como um recurso capaz de oferecer as crianças cegas as mesmas oportunidades de aprendizado oferecidas às crianças que enxerguem das universidades, especialmente aquelas responsáveis pela preparação de educadores, que devem dar ao ensino do sistema braile o espaço de que ele realmente necessita para que seja entendido e ensinado como imprescindível. As instituições especializadas devem conscientizar os responsáveis sobre essa importância incluindo-nos nas atividades relacionadas ao braile, de maneira lúdica, destruindo atitudes negativas e preconceituosas dos governantes que devem garantir a oferta de livros didáticos de qualidade. As crianças cegas, adaptados de acordo com as suas necessidades, ao mesmo tempo em que devem tornar-se acessíveis a essas crianças, as modernas, que já vem sendo utilizadas em várias partes do mundo. Exemplo, as linhas a braile e outros displays. Responsabilidade dos produtores de livros que ao elaborarem o conteúdo de obras didáticas, devem ter plena consciência de que esse conteúdo será compartilhado por públicos com diferentes necessidades, buscando assim eliminar todo e qualquer tipo de discriminação. Os editores e revisores dos textos em braile, que devem conhecer profundamente as normas de adaptação e transcrição de textos nesse sistema, os especialistas e estudiosos do sistema braile para que busquem mantê-los sempre em dia com a evolução da escrita em todas as áreas. Se cada um desses segmentos assumir de fato a sua responsabilidade, o Braile poderá ser oferecido e aproveitado em toda a sua genialidade com o sistema por quase 200 anos, vem permitindo que bilhões de pessoas cegas vivam com independência e autonomia. Temos outras preocupações em relação ao Braile. Nos preocupa também fazer com que o braile, a alfabetização do braile, por meio do braile, seja feita de maneira lúdica, de uma maneira que realmente desperte nas crianças. Assim como deve-se despertar nas crianças que enxergam, que desperte nas crianças cegas também o interesse da leitura. Só para ilustrar, queria falar sobre um projeto que é o braile bricks, que por meio de peças do lego, nas quais existem as letras em braile, as letras distintas, é possível alfabetizar crianças cegas juntamente com crianças que enxergam. O que facilita também a interação entre os educadores entre os pais, para que, realmente, a alfabetização de uma criança cega se faça de maneira inclusiva e de maneira lúdica. Então, teria muito mais para falar e, como disse a Eliana, eu acho que todas as 29 diretrizes estão traçadas na resolução, devem ser de fato implementadas. Acho que todos nós devemos trabalhar juntos para que isso aconteça, porque realmente a criança seja com deficiência visual seja com baixa visão ou totalmente cega, que possa ter todos os direitos de uma criança, que não tenha nenhuma deficiência e para isso é necessário que não seja apenas o permitido que ela endurece na escola, que ela seja matriculada na escola inclusiva, mas ela precisa encontrar nessa escola todo o ambiente preparado. E a família e os educadores devem estar preparados para que a educação dela aconteça da maneira que permita que mais tarde, ela se torne realmente protagonista do seu destino e que possa ser um cidadão. Que participe com direitos e com deveres. Gostaria de pedir que fosse passado um vídeo que mostra realmente crianças e adolescentes, em atividades que mostram o quão bom, importante, é a interação dessas crianças, a educação, o atendimento para que elas realmente possam ser e ter os mesmos direitos que as crianças e outros adolescentes que enxergam. O presidente Cláudio Augusto: Agradecemos a exposição o vídeo. As conselheiras, conselheiros, que quiserem fazer alguma pergunta para as duas. Conselheira Deila: quero agradecer a Eliana e a Regina e saudar o trabalho da fundação Dorina e Laramara. Foi um momento muito rico. Nessa tarde poderemos compartilhar das experiências das duas, porque, além de 1 dia de celebração, também é um dia de luta. Uma luta pela inclusão, pela qualificação, alfabetização de pessoas cegas, profissionalização e cuidado com as suas famílias. Então a minha fala é de agradecimento por esse compartilhamento. E dizer que é um tema muito relevante aqui para o conselho e precisa estar sempre atento aos sonhos, obrigada! A adolescente Rayssa Rodrigues: o que vou falar é uma consideração, porque durante a apresentação lembrei de uma reunião que fizemos no CPA Goiás, sobre desafios da inclusão e avanços da inclusão social na educação. Fizemos esse tema pensando principalmente na deficiência visual, porque lá, no conselho tem o Hélio, que é deficiente visual e aí trouxemos esse

assunto para debater como seria. Na situação das crianças e adolescentes fizemos uma pesquisa e um dos avanços foi exatamente aqueles óculos de tecnologia israelense que ele consegue ler textos, identificar rostos, cores e tem um monte de função, e no momento pensei que isso era uma boa, mas depois da apresentação da Regina, percebi que o braille é muito mais. Não sei a palavra, mas os óculos, ele causa uma dependência. Então, se aqueles óculos quebrarem ou se acontecer alguma coisa, o que vai ser da criança ou que vai ser do adolescente ou quando crescer. É um desafio que eu acho importante ressaltar aqui que até estava comentando com as meninas mais cedo é a questão de não termos deficientes nas escolas. Colocamos esse desafio na nossa apresentação. Falamos que é por causa da falta de estrutura das escolas e da falta de capacitação dos professores e às vezes, nem é só a falta de estrutura das escolas, porque eles tentam colocar, banheiros exclusivos, assim para cadeirantes e tudo mais, aquelas plaquinhas do chão para os deficientes visuais, mas a gente não vê, mas acho que seria muito importante ter um convívio, porque eu acho que os deficientes estão sendo segregados. Eu sei que é muito importante ter um lugar próprio especializado para esses deficientes se capacitarem e aprenderem, se evoluírem, mas às vezes era importante também a gente aprender o braille, para ter uma interação, como no caso das libras, por exemplo, como vamos conversar com um deficiente auditivo, se não sabemos Libras? A Conselheira Débora: queria agradecer a as apresentações. Acho que aprendi muito. Tive acesso a informações para mim até então desconhecidas, então queria muito agradecer o conhecimento aqui partilhado e fiquei com 2 perguntas. Uma é em relação ao ensino domiciliar, que está sendo novamente debatido no Congresso e que foi um tema bastante sensível para a última gestão, já que tínhamos um governo que era a favor, não é ao ensino domiciliar, então eu fiquei aqui me perguntando é, qual é o posicionamento das 2 organizações em relação a isso, e qual tem sido as estratégias de articulação em relação ao posicionamento eventualmente contrário, ao PL? E fiquei aqui me perguntando sobre a decisão do governo estadual de São Paulo que esse ano se retirou do programa nacional do livro e do material didático e que tinha decidido adotar material 100% digital no estado de São Paulo. Voltou atrás, nessa decisão, mas acho que ficou realmente fora do programa. Então gostaria também de entender como vocês avaliam essa decisão e quais são os impactos disso é para crianças e adolescentes com deficiência visual? Presidente Cláudio Augusto: antes de passar para o Ricardo e o Beto, eu acho que vocês poderiam responder essa questão colocada pela Débora. Eliana: a Laramara não é favorável ao ensino domiciliar a total responsabilidade da família é simplesmente porque aprendizagem se dá na interação. Então, acreditamos e lutamos pelo direito de a criança estar na escola. O papel da escola é um papel social fundamental. Nenhuma família dará conta de relações de maiores alcances de onde convivem muitas culturas, onde está a diversidade. A escola cumpre esse papel quando nós estamos aqui representando as entidades especializadas. Não é que nós também entendemos que a educação e o atendimento da criança com deficiência são e devem ser segregado de modo algum, por isso que existe a educação especial, que desenvolve os recursos especiais. Porém, ela só faz sentido se essa criança for para o lugar que é de todos. Então, por isso que eu disse que nós atravessamos ao longo de toda a humanidade o momento da total exclusão, porque as pessoas com deficiência não estavam inseridas em lugar algum. Estavam completamente excluídas. Depois passamos pelo tempo da segregação, onde estavam todos os iguais dentro de um lugar específico, que eram as escolas especiais e cumpriram seu papel social naquele momento histórico. Depois viemos para um outro paradigma dos anos 60, 70, até 80, que era a integração, então era a criança com deficiência na escola comum, participando da sala de recursos também, mas somente numa via de que ela tinha que se integrar. Quando a gente entra no paradigma da inclusão, nos anos 90, a sociedade é a grande responsável por fazer com que essa pessoa esteja de fato participando de tudo e que ela é responsável por prover todos os recursos necessários. Não adianta eu dizer que uma escola que uma criança tem total capacidade para aprender e se ela for cega, se não tiver o acesso ao braille, não vai mostrar essa capacidade de leitura escrita, de conhecimento. Capacidade de adquirir todos os conhecimentos passados pela escola. Se tiver baixa visão, isso que também queria frisar, porque falamos bastante da criança cega, mas 80% das pessoas com deficiência visual têm baixa visão e essa baixa visão é uma deficiência, porque ela não pode ser corrigida pelos recursos óticos comuns, que são as nossas lentes para miopia, astigmatismo, hipermetropia. São lentes especiais para que ela consiga ampliação do que está longe do que está perto, para que ela consiga ver. Então, no caso da baixa visão, não é necessariamente o braille, a não ser que seja uma baixíssima visão, mas são muitas outras adequações, que são necessárias para que essa criança possa acessar o mundo. Porque a deficiência visual, a grande

diferença, é que é uma forma muito própria e muito singular da pessoa perceber o mundo. Esse mundo de formas de eventos, de movimentos, de situações, de cores, de contrastes, de profundidade. Então como é que uma pessoa que não conta com a visão, ou conta com uma visão muito baixa pode conhecer o mundo, entender esse mundo, representar mentalmente esse mundo para que ela, de fato, possa atuar sobre ele? A baixa visão também tem especificidades muito grandes que também vão exigir recursos específicos e especiais. Não somos favoráveis ao ensino em domiciliar, somos favoráveis à escola. A nossa legislação brasileira desde 2012 exige que a criança esteja na escola a partir dos 4 anos, mas nós, na Laramara, todos nós educadores, desde muito antes, vamos preparando a família para que ela se sinta confiante de levar sua criança com deficiência para a escola. Salvo raríssimas exceções, porque também há muita criança com deficiência múltipla associada à deficiência visual. Então, com raríssimas exceções, nós vamos indicar a escola especial e quando falamos, o foco é na família, não é para que essa família assuma o lugar da escola, mas que ela faça o papel de família desde o início do nascimento, que ela lute muito com o seu luto e que ela consiga aprender junto com essa criança e com os profissionais que ela lute pelo direito dos seus filhos à escola, à aprendizagem. Quando falamos, genericamente, do direito ao brincar, parece fácil, toda criança brinca. Com uma criança que nasce cega, a família não sabe como brincar, ela perde a espontaneidade. Ela deixa de ler os sinais que a sua criança apresenta e como fazer para que essa criança brinque. Então, são questões bastante complexas que queria e poder pontuar e todas as tecnologias são importantes. A primeira pessoa e a segunda que falaram dos óculos. Há muita falácia, muita coisa surge e é vendida como se fosse milagrosa. Consultem sempre os profissionais especializados e as próprias pessoas com deficiência, principalmente, as pessoas com deficiência, vão saber dizer o que realmente ela precisa, porque há coisas muito mais simples e gratuitas do que equipamentos caríssimos, que não vão entregar tudo aquilo que prometem. A Regina falou maravilhosamente do braille e eu assino embaixo em relação a tudo, só queria complementar o caso da baixa visão, o caso da deficiência múltipla e, principalmente, que todas as tecnologias são importantes. Como brincar com uma tecnologia, se o brinquedo tem que ser um brinquedo especial e adaptado como ela falou do Braille bricks, que é uma adaptação, uma adequação, mas que favorece a interação com todos, com os que também enxergam e com os que não enxergam. Então, é uma tecnologia na infância, outra no comecinho da vida escolar e outra na vida escolar mais avançada, e assim sucessivamente. São todas ao mesmo tempo na vida do jovem e do adulto. Na situação de trabalho, na situação de lazer, na situação da universidade. Então é uma complexidade, mas que a gente precisa enfrentar juntos. Regina: só para complementar tudo que foi dito pela Eliana, que concordo plenamente. Primeiro dizer que a fundação também não é favorável ao ensino domiciliar é durante a pandemia nos primeiros dias não ficamos meio apavorados sem saber como é que faríamos, porque o atendimento de uma criança cega deve começar o mais cedo possível, tão logo se detecte a deficiência visual. Ela deve ser encaminhada, para uma instituição especializada e isso acho que é um papel importante também de esclarecimento, de médicos, daqueles que vão ser os primeiros a ter o contato com essa situação. Então, na pandemia nós ficamos bastante preocupados, fizemos um atendimento à distância para que essas crianças não tivessem o seu atendimento interrompido. Mas tão logo tudo começou a melhorar, a fundação voltou ao seu atendimento inicial e na escola também é importantíssimo que a criança possa ter essa interação, porque se a interação é importante para as crianças que enxergam para as crianças com deficiência visual torna-se ainda mais importante com relação às tecnologias, ao fato de as crianças não estarem na escola também. Dentro desse programa, leve para ele bricks, a fundação faz um trabalho de formação de professores em nível nacional. Então são feitas parcerias com a Secretaria de educação dos municípios para que os professores recebam todas as orientações para o atendimento de uma criança com deficiência visual dentro da escola, coisa que não acontece. Por isso eu frisei a questão das universidades. O quanto as universidades, principalmente, aquelas que formam educadores, são importantes porque muitas vezes os professores não conhecem ou não aprendem e acabam tornando, fazendo do Braille um mito, algo que é muito difícil, algo que ninguém pode aprender. O que o próprio professor diz que é impossível aprender. Então, aquilo que ele não aprende, aquilo que ele não sabe, ele não vai saber transmitir aos seus alunos. Então, isso também é muito importante. É com relação a outra questão, queria, então, só para complementar a questão dos livros. Aqui no estado de São Paulo, é importante essa conscientização de pais, de educadores e todos para que todos possam no momento que acontece um fato como esse que aconteceu no estado de São Paulo, que todos possam se levantar e brigar por aquilo que realmente é

importante para a educação de todos, e nesse todos estão incluídas as pessoas com deficiência visual. É necessário também frisar que se difundiu muito a ideia de que, com as novas tecnologias que bastava pegar um texto e colocar numa impressora braile e estava pronto. Imprimiu em braile estava pronto, não é assim, o braile tem as suas especificidades. Todas as imagens precisam ser trabalhadas, se possível transformá-las em imagens de relevo em relevo, a gente transforma. Se não é possível, fazemos descrição dessas imagens. A descrição também deve ser feita de uma maneira que atenda a normas para que realmente possa atender as necessidades, principalmente dos estudantes com deficiência visual. O braile e a educação da crença com deficiência visual se desenvolvam da maneira correta, é a questão dessas tecnologias. Como os óculos pode ser uma escolha para uma pessoa adulta que precise para determinadas coisas, mas não deve ser uma imposição para as pessoas, principalmente para os estados que precisam dos seus livros impressos ou dos seus livros escritos da maneira correta. E não basta colocar um óculos que pode se quebrar a qualquer momento ou que uma vez que quebre não tenha manutenção. São muitos fatores que determinam que uma tecnologia possa ser usada, então, principalmente por adultos, ela pode ser uma opção, mas para estudantes, não é necessário verificar tudo aquilo que de fato a pessoa precisa para dentro do ambiente escolar, dentro daquilo que ela precisa de conteúdo dos seus livros. É importante, que as pessoas sejam ouvidas. É necessário ir lá para convenção Internacional das Nações Unidas, sobre os direitos das pessoas com deficiência que diz que nada sobre nós sem nós. Então, é necessário que as pessoas sejam ouvidas e que elas possam fazer a escolha, uma vez que elas já tenham passado por todo o atendimento e tenham chegado ao ponto de se tornarem protagonistas e saberem o que é melhor para elas. Que elas possam ser ouvidas e é lógico que existem essas condições todas da múltipla deficiência que vai ter um impacto nem sempre a gente vai atingir daquela maneira, mas acho que o máximo que a gente possa oferecer a uma criança ou um adolescente, independentemente de que ele seja ou tenha apenas uma deficiência visual ou uma deficiência múltipla que o potencial dele seja aproveitado ao máximo. Senhor Ricardo Mello: Obrigado pela apresentação. Nós, representantes da sociedade civil, saudamos realmente a participação das pessoas com deficiência nosso conselho e que avançamos aqui no Conanda nesse debate transversal. Em alguns anos, 2016, especificamente, o destaque por exemplo, no eixo 2, onde estão incluídos a diversidades. Aqui temos muito a ressaltar a presença do nosso companheiro, conselheiro Beto, que soma a cada dia, avançando este ano, na nossa aprendizagem cotidiana de como relacionar, como conversar, como interagir com as pessoas com deficiência. No caso, as pessoas com deficiência visual e realmente estava a ser um desafio nosso fazer a inclusão das pessoas que não estejam, entre aspas, naqueles padrões sociais. Não é isso também chega, claro, inicialmente para as crianças e adolescentes que acaba que em alguns espaços realmente começam a as explosões na escola, nos ambientes sociais. Então é pouco falar, a convivência familiar e comunitária que seria esse destaque na atuação de organizações da sociedade civil, apresentação de outros que estão aqui na representação, por exemplo, aqui outras expressões da pessoa com deficiência no Conselho. Até na Pestalozzi, na página em alto momento é uma pauta que realmente nos coloca para que pensemos mais para as pessoas com deficiência e realmente pensar nessa fusão da acessibilidade. Como é possível? Ouvir, escutar essas pessoas e ainda essa importância da dessa fala dessa apresentação e saudar realmente o dia de hoje, mas também todo o calendário que se tem. Deve-se falar das pessoas com deficiência o ano inteiro tem. Pautas bem importantes. E aí só uma colocação de avaliação faço uma pergunta para os expositores, qual a avaliação da desse cenário Pós-pandemia? Inclusive, vai ser tema da nossa própria conferência aqui. A criança e adolescente, como que esse cenário pós-pandemia e qual o impacto para as crianças e os adolescentes com deficiência no caso, deficiência visual, como que seria uma apresentação dela nesse sentido? Conselheira Débora: só para complementar, pois a minha fala e as minhas dúvidas depois das apresentadoras responderam e eu acho que é considerando essas observações e o nosso atual contexto em que o ensino domiciliar volta a ser debatido, não sei se a CDHAP está acompanhando essa pauta no Congresso, mas acho que precisamos ter atenção sobre isso aqui no conselho e entender se vamos precisar se posicionar, já que agora temos um ambiente favorável, não é para fazer um posicionamento do conselho, que na gestão passada não foi possível. Conselheiro Beto; queria cumprimentar novamente a todos que nos acompanham pela internet, senhores, conselheiros, conselheiras. Estou vendo aqui no YouTube e o pessoal está animado aqui na transmissão do conselho. Ouvir a Eliana, que é uma referência Internacional, na questão da deficiência visual e a professora Regina, que é reconhecida

internacionalmente como uma das maiores pessoas, maiores autoridades do mundo quando falamos no braile, é realmente algo que nos toca muito. Vou colocar aqui 3 pontos principais. O primeiro, Rayssa, quando você diz aqui, achei que a tecnologia a resolveria tudo. Hoje descobri que não resolve. É assim, sabe por quê? Conselheiros e conselheiras dessa que é a maior instância de defesa de direitos da criança e do adolescente do nosso país, diversos municípios estão comprando alguns equipamentos caríssimos que prometem muito em relação à acessibilidade para crianças e adolescentes e pouco entregam a essas crianças e adolescentes. Esses municípios que compram tiram a foto, entregam o equipamento para criança, sem explicar como usá-lo. Que a criança leve esse equipamento para casa, enquanto temos equipamentos, aplicativos gratuitos, que podem ser instalados nos celulares e fazem 1020 vezes mais coisas, realizam mais funções do que esses equipamentos de 1520, 25000 BRL. O que acontece a partir do momento que a criança está com esse equipamento? Os professores, os gestores de ensino, os coordenadores falam, eu já fiz minha parte, você está com equipamento, agora a responsabilidade é sua. Só que esse equipamento pouco entrega para criança, porque imaginem, palavra inconstitucionalmente a criança ouve apenas esse equipamento, falar para ela, e ela não sabe se é com c ou com 2 s. Pode ser com c ou com s, se ela ouve simplesmente o fonema, ela não vai ter conhecimento da estrutura da palavra. Então, o que está sendo feito hoje, se um adulto escolher em algum momento da vida, em alguma fase, a pessoa segue a escolher a usar equipamento, OK, é uma opção, agora substituir os materiais didáticos em braile e ampliado por esses equipamentos quando no mesmo tempo há equipamentos, aplicativos gratuitos. Senhores, é uma agressão as crianças aos adolescentes cegos e com baixa visão e as suas famílias. A ONCB, publicou uma nota no mês de novembro se colocando totalmente contrária a esse tipo de ação e alertando os perigos que essa compra sem consultar as pessoas com deficiência, sem consultar técnicos, compras caríssimas têm ocasionado nos municípios. Inclusão e acessibilidade não é foto, não é propaganda, é responsabilidade. Segunda questão; Regina falava da dona Dorina. Imaginem o que que foi uma mulher cega há 60, 65 anos atrás. Falar de inclusão, de acessibilidade, de ensino, da importância do braile, da importância do brincar. E a questão da deficiência ela é transgeracional. A Sara, por favor, Sara, eu conheci a Sara quando eu tinha, ela tinha 12 anos de idade, eu já tinha uns 18, 19, em um evento de pessoas cegas. Ela era uma adolescente, uma criança e a gente foi vendo, mesmo acompanhando a Sara crescer. Hoje, ela é da diretoria da nossa organização nacional de cegos, fala 4 idiomas, está aqui com o seu filho Pedro, de um aninho e meio de idade. Nossa diretora financeira e representa a nossa organização no conselho nacional da mulher. Então veja que a criança com deficiência, quando é habilitada, quando é reabilitada, vai pavimentar o seu caminho. Vai ser uma cidadã, vai chegar ao mercado de trabalho. Se for essa escolha dela e vai construir uma família e pode vir a ser uma liderança no seu bairro, na sua cidade ou no país. E no caso, até internacionalmente, como é a Sara. Acho que a Sara materializa e pilotou esse trajeto, esse cuidado da família com a criança. Esse respeito da escola ao recepcionar e aonde a criança pode chegar. Eu penso que são essas 2 principais questões. A terceira é importantíssima. Vem aí o plano decenal. Precisamos senhor presidente, senhores conselheiros e conselheiras, e como encaminhamento para quando for se debruçar sobre esse plano Decenal, que a gente possa visitar a resolução conjunta. Fazer os aprimoramentos cabíveis, necessários e trazer essa resolução também para o foco desse plano decenal. Senhora Sara: Boa tarde, muito obrigada por essa oportunidade. Eu tive aqui representando o conselho da mulher e tive a honra de estar aqui hoje a convite do Beto que realmente me conheceu aos 13 anos, me apresentou algumas tecnologias que eu não conhecia. Me chamava sempre para ir aos eventos de Direitos e hoje eu estou aqui também é representando a ONCB. É graças à confiança que ele e outras lideranças tiveram em mim, mas graças também a oportunidade que tive como criança e adolescente de ter apoio da minha família, da escola, de aprender o braile, de ter acesso à tecnologia e de tudo o que eu queria fazer. Ninguém que chegou mim, falava que eu não podia. Então aprendi inglês quando era criança, fui fazer teatro, fiz dança, fiz natação e faço algumas dessas coisas até hoje e música também. Tenho meu filho e vivemos com cuidados da nossa família. Eu gostaria muito que o nosso país tivesse e pudesse oportunizar a todas as crianças com deficiência todas as oportunidades e todos a realização dos sonhos que eu tive e que eu posso agora com 31 anos. Presidente Cláudio Augusto: Eu passo pra Eliana e pra Regina para as suas considerações finais. Senhora Regina: Bom, mais uma vez quero agradecer a oportunidade de estar aqui, de falar um pouco de alguma coisa que é muito importante, que eu entendo como primordial na educação de uma criança. Queria falar que para a gente tem tido uma experiência de produção agora

de livros em braile em tinta, concomitantes. Então, na mesma página que tem o texto em braile, tem o texto em tinta. Alguma coisa que acho que facilita muito para os professores, para que eles conheçam o conteúdo dos livros em Braile e possam trabalhar de uma maneira mais eficaz com os seus alunos cegos ou com baixa visão. Então isso é muito importante, alguma coisa que não tinha no tempo em que eu estudava. Minha mãe até tentou aprender o prazo, mas como ela diz, no fim, acabei correndo demais, mas fazendo aprendendo muito rápido e ela não conseguiu me alcançar. Não acho que eu tive, na verdade ela tinha outras ocupações e acho que percebeu o quanto era importante o que eu poderia fazer com o Braile. E com relação ao momento pós-pandemia, acho que é claro que é esses quase 2 anos, que as crianças ficaram afastadas da escola trouxeram muito prejuízo, pois já tínhamos muitas dificuldades, muitos problemas em relação à educação no Brasil. E isso é muito triste quando vemos todas essas notícias sobre o desempenho dos nossos estudantes. É uma realidade que tem que mudar para todos e principalmente para as crianças com deficiência visual e com deficiência no geral. Então a quando falamos que foi um prejuízo muito grande para todas as crianças e adolescentes, com certeza, as crianças com deficiência, antes de serem crianças, adolescentes com deficiência, elas são crianças e adolescentes, então elas também se ressentiram muito deste problema. Mas vamos tentar, acho que cabe a nós fazer o possível para reverter esse panorama e fazer desse desafio que foi a pandemia, fazer dele, um momento para repensar a educação e superar todos esses problemas. Acho que nesse importante fórum de discussão hoje seria bom se tivesse outros dias para conversar sobre isso e vamos pensar, em ampliar esse debate porque, repetindo as crianças e os adolescentes com deficiência antes de tudo, são crianças e adolescentes e muito dos problemas que afetam as crianças, adolescentes no geral, afetam também, claro, as crianças com deficiência. A fundação Dorina está aqui à disposição de todos quando precisarem e quiserem nos visitar podem entrar no nosso site, que é o www.fundacaodourinha.org.br e vê tudo o que a gente oferece e o nosso trabalho que já tem 77 anos. Senhora Eliana: agradeço imensamente o convite e a todos que aqui falaram, sempre trazem novas reflexões. Para nós estar com a Regina também, é sempre um grande prazer ouvir o Beto de modo tão claro. Também é muito importante para nós o privilégio de tê-lo como um colaborador, aqui um colega. A Laramara também fica à disposição deste conselho e em qualquer momento para que a gente aprofunde cada um dos itens e aspectos que nós tratamos hoje aqui de forma rápida e muito genérica, até para que déssemos conta de expor um cenário tão grande, tão complexo e tão importante de ser tratado ponto a ponto. A pandemia deixou um prejuízo gigante para todos os estudantes brasileiros e muito maior para criança e adolescente com deficiência visual. Nós observamos aqui que no município de São Paulo e na rede estadual de São Paulo que uma boa parte do primeiro ano nada era feito com os alunos em casa. Quando foi perto de agosto ou setembro do primeiro ano da pandemia começamos a ter cadernos de atividades que eram feitos para as crianças com autismo, para as crianças com deficiência intelectual, mas não para as crianças com deficiência visual. Ao final de outubro daquele ano, as crianças com deficiência visual receberam tablets com aplicativo, porém, as famílias não foram treinadas nesse uso, nem mesmo os professores e nem os alunos. Ou seja, foram 2 anos que as crianças e adolescentes com deficiência visual ficaram completamente fora do processo escolar. Não bastasse a interação com os colegas, ainda mais, nenhum acesso ao conteúdo tratado na escola foi realmente um prejuízo que eu penso que não conseguimos estimar ainda. Nós fizemos a nossa parte de não parar o atendimento em momento algum, pelo contrário, nós trabalhamos dia e noite com as famílias, com as crianças. E problemas graves que ficaram muito exacerbados, é como ansiedade, depressão, pânico. Quer dizer, as questões de saúde mental também ficaram agravadas e a gente nas instituições. Tivemos que dar conta de um cenário muito maior, mas também foi uma oportunidade grande, porque as famílias se uniram muito e nos apoiaram bastante nesse trabalho. Mas como eu falei muitas coisas para a gente aprofundar, e por hora eu acho que hoje já foi uma oportunidade muito grande para nós, que vocês tenham aberto esse espaço para trazer um pouco dessa realidade que nós vivemos há tantos anos. E uma das coisas que quero frisar que o poder público precisa olhar para o braile e precisa olhar para a máquina. A criança na escola, precisa de máquina braile? A Laramara trouxe a máquina braile para montar no Brasil e logo em seguida desenvolveu tecnologia brasileira com recurso próprio. Não houve nenhum investimento do poder público em esfera nenhuma. A Laramara fez com recurso próprio e não vende para a pessoa com deficiência, porque ainda assim é cara, mesmo sendo a metade do preço do que entraria na importação, uma máquina braile de fora, ainda assim, é muito cara para criança, com deficiência visual. Fazemos campanhas de doação, milhares de máquinas,

milhares de bengalas, milhares de brinquedos especiais. Então, contem conosco, mas nos ajudem também nessa jornada que que nós viemos trilhando há tantos anos. Presidente Cláudio Augusto: Nós agradecemos. Fica o registro, Beto é do nosso desenvolvimento do plano decenal, para que a gente agregue a atualização dessa resolução e outras coisas importantes para consolidação dessas políticas que atendam às crianças e adolescentes com deficiência visual. Estamos à disposição de vocês também. Antes de passar a próxima apresentação queria pedir as pessoas que chegaram depois, e agora na parte da tarde, que se apresentassem para ficar registrado. Senhora Cecília: agradeço primeiro pela oportunidade de estar aqui, num colegiado que é tão disputado, um espaço tão caro. Meu nome é Cecília, trabalho no centro de Marista de defesa da infância. Queria pedir licença para compartilhar uma apresentação com vocês, se possível, para começar a minha fala serei o mais breve possível para não ocupar todo o tempo dessa plenária. Então, falo aqui em nome da campanha defenda-se, que é produzida pelo centro Marista de defesa da infância. O Centro Maristas de defesa da infância é uma organização que atua há 13 anos na proteção e defesa dos direitos de crianças e tem por meio do fortalecimento da sociedade civil e da qualificação de políticas públicas e do controle social e atualmente atuamos em 2 pilares, 2 temáticas de atuação. Prevenção e enfrentamento às violências contra a criança e adolescentes. Estamos em Curitiba, mas atuamos nacionalmente e a qualificação de políticas públicas com base em evidências. Então, em especial, nesse primeiro tema, temos uma atuação nacional, ou internacional até há bastante tempo. Hoje temos 3 projetos vigentes, um deles é o cadê Paraná, que é por onde produzimos informes temáticos e trabalhamos com monitoramento de dados. Um outro é um projeto que chamou o projeto OCA, que é orçamento crianças e adolescentes. Vocês devem saber disso, já devem conhecer que é uma metodologia que identifica quanto cada município do Paraná destina para as infâncias. Estamos na iminência de um lançamento, de um manual para replicar essa metodologia em outros estados. E a campanha defenda-se que é sobre o que eu vim falar para vocês aqui hoje. O programa a campanha defenda-se faz parte de um programa que atua com 3 estratégias, um deles é a campanha que são vídeos animados para crianças de 4 a 12 anos, trabalhando com enfrentamento à violência sexual ou com prevenção à violência sexual, através da educação e sexualidade. Então, temos essa série de vídeos. Temos essa série de vídeos animados de 2 minutos e 63 minutos, que foram para os cinemas ano passado, também em trailers, em maio ganhamos o prêmio ABERJ e o Neide Castanho. São 13 vídeos hoje destinados às crianças, para falar com ela sobre como ter estratégias de autodefesa, considerando diretamente com as crianças, considerando aquilo que sabemos que a maior parte dos agressores que estão residindo com a criança é uma pessoa de confiança. A gente fala diretamente com a criança, dificultando a ação de agressores e ajudando ela a identificar situações de risco. Esses são os objetivos dos nossos vídeos. Também produzimos materiais para educadores. E é sobre um deles que vim falar para vocês. Fazemos formações para o sistema de garantia de direito. Hoje começamos focando na violência sexual, mas como sabemos, o enfrentamento contra a violência sexual, contra a criança e adolescentes, ela é multifacetada, ela é multifatorial. E ela tem uma série de questões que acompanham. Então, a gente não trabalha com violência sexual, trabalhamos com violências contra crianças e adolescentes. A campanha defenda-se tem 13 vídeos destinados a crianças e adolescentes, e um vídeo, que é o vídeo 13, lançado em 2020 para o sistema de garantia de direito, fala especificamente sobre a lei 1343. Temos 2 ebooks para educadores falando sobre violência online contra crianças e adolescentes, lançados em 2021. Pensando no contexto em que a gente vivia e no contexto pós-pandemia. Temos a pesquisa mais recente indicando um aumento significativo das violências online e das crianças acessando a internet cada vez mais cedo. Temos um material educativo sobre revelação espontânea para educadores, e é sobre ele que eu vim falar. Tem uma versão online e uma versão em PDF, muitas visualizações. Os nossos vídeos aproveitando a presença, têm versões em português, inglês, espanhol, libras, audiodescrição. Então estamos aprimorando, inclusive a questão das libras é com uma preocupação de ser cada vez mais acessível. É nosso último vídeo, teve uma reformulação nisso, com uma consultoria de uma pessoa surda, para que se pudesse trabalhar de uma forma melhor com as libras. Nos vídeos existem 40 personagens diferentes, de idades e contextos, buscando diversidade de representatividade. Passo o vídeo depois para vocês, mas eu queria aqui mostrar então esses nossos vídeos estão disponíveis no site da campanha. As versões em português, podem ser acessados e assistidos pelo YouTube, através do site ou eles podem ser baixados e gratuitamente e reproduzidos à medida que quiserem trabalhar os nossos vídeos. Nosso tema de que nos é caro, para essa plenária, e que pedimos

espaço para falar é sobre a revelação espontânea em 2020. Sempre fizemos formações sobre violência sexual contra a crianças e adolescentes e sobre violências. Para educadores, para o sistema de garantia direitos. Sempre recebia muitas perguntas, sobre o que fazer e como fazer, e como disseram as colegas na apresentação anterior, a escola é um espaço de convivência para as crianças e adolescentes e, portanto, um espaço onde se criar vínculos. E a gente entendeu em 2020, com a ocasião da lei 3431 de 2017, do decreto 9.603 em 2018, entendemos no Marista de defesa da infância e naquele momento, de fato, não tínhamos materiais sobre isso e precisava se debruçar sobre o momento da revelação espontânea. Porque entendemos que quando se fala de violência, estamos falando de coisas, ou falamos da violência sexual. Vamos trabalhar com essa questão cultural, mas como sociedade, a gente se choca muito com a violência. Entendemos que a gente objetifica a criança o tempo todo e a violência sexual é uma consequência dessa nossa objetificação. E é nesse sentido que tentamos um trabalho de sensibilização. Não adianta se chocar com a violência sexual ou se ainda achamos violentar as crianças de outras formas, porque é assim que se constrói o tapete para violência sexual acontecer. Quando se coloca a criança nesse lugar de objetos do adulto. Entendendo isso, percebeu-se também que a revelação espontânea é a materialização do direito da criança, quando ela percebe, e isso demora, sabemos que está vivendo uma violência e quer contar para alguém, nesse momento, ela é revitimizada muitas vezes. Entendendo essa lacuna que várias organizações muito boas tinham se debruçado a trabalhar com o tema das revelações da escuta especializada e do depoimento especial. Nos debruçamos sobre o momento da revelação espontânea, porque entendemos que este é o momento que qualquer pessoa pode ser escolhida, que todo mundo precisa estar preparado, que precisa sensibilizar a sociedade para isso e que precisa tanto na prevenção das violências, mas também para este momento, que é um momento crucial da vivência daquele ciclo de violência que provavelmente aquela criança vem vivenciando, nesse momento, alguma coisa dá errado. Talvez não consiga interromper esse ciclo de violência e considerando que a criança escolhe a pessoa para quem ela vai revelar espontaneamente a situação de violência com base no vínculo que ela tem, e não na especialização. Na formação entendeu-se que precisava fazer um material com linguagem direta, com linguagem facilitada para chegar aos educadores. Por isso estou falando aqui de educador do espaço escolar, entendendo aqui educador, no sentido mais amplo, de educador que está num espaço institucional, formal e não formal, quais sejam, eles serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. Tratando aqui como educador, o facilitador de oficina, o educador social, a escola, os espaços nas igrejas, que tem o grupo de crianças e adolescentes que está frequentando, então esses educadores precisam ter o preparo institucional. Encontramos vários materiais que falavam com a instituição, com a política, fala com a instituição escola, como é que a escola tem que atender, fala com a política de educação, fala com a política de assistência, mas não com esta pessoa que é a primeira pessoa que vai ser acessada. E esta pessoa carece de formação e foi isso que a gente entendeu e lançou esse material em 2020. Então, com 25 cartas divididas em 3 fases, são perguntas e respostas que devo saber previamente, porque eu devo saber antes da revelação, como eu devo agir. Durante a revelação espontânea e o que devo fazer depois de acolher a revelação espontânea, esse material é composto. É um jogo composto por essas 25 perguntas em respostas, um encarte contextualizando o tema da revelação e da lei 1343. Farol de aprendizagem para poder ser usado em momentos de práticas educativas sugeridas para quem quiser usar e em instituições em momentos formativos, com um gabarito que contém todas as perguntas e respostas e que várias vezes as pessoas usam, por exemplo, para estudo de caso ou para fazer uma consulta rápida e uma caixa com todos esses materiais. Tudo isto está disponível no nosso site, defenda-se.com. Para download gratuito ou para acesso online e para impressão em gráfica, inclusive a versão para gráfica está disponível. Eventualmente já tiveram municípios que quiseram acessar e replicar o material. Isso a gente oferece gratuitamente e nosso intuito aqui é materializar esse direito de fato, da criança, do momento que ela escolhe, com quem quer falar. Se ela escolheu com quem quer falar, não quer que isto seja terceirizado. A despeito da lei, não permite que a gente faça isso. Eu não gosto muito desse argumento, se a gente se omitir, podemos ser punidos. Gosto de trabalhar com estratégia de sensibilização. Se a criança escolhe aquela pessoa, porque é muito importante para a história daquela criança ou porque está confiando naquela pessoa. Isso precisa ser tratado com a devida importância e tem que ser aquela pessoa, não dá para correr para um terceiro, tem que ser naquele momento. E é pensando nisso, então que fizemos as cartas divididas. Dessa forma, como estão vendo, tem um encarte na frente. Atrás tem a pergunta e a resposta. Temos o

nosso QR code para acesso à plataforma. Então essa versão que estava mostrando para vocês é uma versão em PDF que está disponível para download, mas pensando em democratizar ainda mais esse acesso e numa forma de que as pessoas possam acessar isso, não só em momentos formativos, mas livremente por sua conta e nos seus momentos de autodidata, ou de formação é que as pessoas escolham trabalhar com esse tema. A gente lançou uma plataforma online. Também está disponível no nosso site o QR code. Então, quando você abre a plataforma tem ali 3 possibilidades de jogar com essas perguntas e respostas que nós temos. Uma possibilidade é livre vai aparecer todas as perguntas e respostas das 3 fases, se você pode escolher todas as perguntas e respostas e você pode ali trabalhar com elas. Então você lê a pergunta é sugere ali, pode só vir a resposta, sugerir uma resposta. Vamos trabalhar com o quiz, que tem alternativas, e acho melhor mostrar para vocês como é que elas funcionam. Tem um tutorial antes de cada modalidade. Na modalidade quiz, você vai abrir o tutorial e tem alternativas, então, você vai escolher a fase vai aparecer a pergunta e as alternativas estão ali embaixo para que você possa lhe dar um feedback se está certo, ou se você tenta de novo, você vai para a próxima pergunta. Todas essas perguntas são sobre revelação espontânea. Então não estamos falando com a política, embora a gente passe por esse tema, vamos passar por aquilo que a lei 1343 fala e atribui de responsabilidade à educação. Dizendo que a instituição tem que ter uma série de protocolos e fluxo previamente estabelecido para que o encaminhamento seja feito via institucional, um encaminhamento para o sistema de garantia de direitos da situação e não da criança, para que ela fique servindo esse sistema, que ele seja feito via institucional. Fazemos essa recomendação, mas é para a postura do educador, é para preparação desta pessoa que foi escolhida como pessoa de confiança no momento da revelação espontânea, entendendo que estamos falando aqui desse ciclo que provavelmente essa criança já vem vivendo há muito tempo. Ao escolher essa pessoa, a gente tem como diferencial falar com esse educador no de uma forma simples e direta, sem envolver todo o aparato legal, sem deixar ele de lado, mas também sem só se apoiar nele e falar olha o ideal de postura que temos que ter nesse momento, entendendo que ele tem que buscar o apoio institucional sim, mas que ele não pode se furtar a esse papel. Esse é o nosso diferencial e nosso objetivo nesse espaço aqui é que a gente possa difundir esse tema que ainda percebemos que tem uma grande lacuna no sistema de garantia de direitos na hora desse atendimento. Então, o nosso objetivo ao trazer para esse espaço tão importante que é o Conanda e que possamos difundir esse tema e se colocar disponível. Estamos estudando esse tema desde 2020, especificamente. A revelação espontânea, como ela vem acontecendo nos espaços, como é que trabalhamos para a construção de fluxos e protocolos especificamente para esse momento, e não sobre as políticas. Não é nem a municipal, nem a setorial e nem a da instituição. Acho que esse é o nosso principal diferencial é para finalizar a minha apresentação e abrir o espaço para passar um videozinho da campanha defenda-se para que possam conhecer a campanha um pouquinho melhor. A revelação espontânea é um momento natural, em que as pessoas se sintam angustiadas, natural em que elas não saibam como se portar, especialmente se a instituição não teve uma preparação prévia para isto. Sabemos que essa é a realidade de muitos espaços e as crianças têm uma convivência natural que a revelação espontânea vai acontecer. Isso é previsível, então não dá para tratar a revelação espontânea como um imprevisto quando ela acontece. Olhando para o fato de que essa criança já foi objetificada pela nossa cultura na nossa sociedade, em vários outros momentos. Nesse momento, não dá para colocar ela a serviço do sistema de garantia de direitos e nem a serviço da nossa lógica segmentada de atendimento. A revelação espontânea é mais um momento em que não pode nós colocar a criança a serviço da nossa lógica segmentada de atendimento ou do nosso despreparo. Seja ele qual for o motivo, não estou culpabilizando ninguém, mas precisamos olhar para isso. Então o nosso intuito na campanha defenda-se é que possamos contribuir de uma forma qualificada com essa discussão. Espero que tenha sido satisfatório da mesma forma e fico à disposição para qualquer questionamento ou dúvida, qualquer coisa que vocês queiram falar, muito obrigada pelo espaço. O presidente Cláudio Augusto: Obrigado Cecília, e agradeço também. Agradecemos todos aqui a apresentação a palavra para quem quiser fazer alguma observação ou questionamento para Cecília. O senhor João – CNMP: boa tarde para Cecília e todas as pessoas. Acho que a apresentação foi muito importante e o projeto me parece muito bem elaborado. No CNMP temos um grupo de trabalho específico que trata da implementação da lei 1343 e do sistema de garantia de direitos da criança nos entre vítimas ou testemunha de violência. Estamos produzindo diversos materiais e uma resolução do próprio CNMP para pautar a atuação dos promotores e promotoras. Uma

nota técnica sobre o que se compreende por escuta especializada, porque há também esse dissenso. Quando falo escuta especializada, alguns entendem de uma forma, outros entendem de outra, e eu acho que temos um desafio, Cláudio e demais conselheiros, que é avançar na implementação da lei 1343, que já tem quase 6 anos, aliás, mais de 6 anos, porque é de 2017, e não é uma realidade em todo o país, longe disso. A lei depois complementada pelo decreto 9603 de 2018 e pela resolução 235 do CONANDA, estabelece que é todos os municípios deveriam ter um comitê colegiado de rede e estabelecer os seus fluxos e protocolo para o atendimento da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Fizemos um levantamento e com os colegas de Ministério público de todo o Brasil conseguimos alcançar cerca de 2400-2500 municípios do Brasil. Os promotores, respondendo o nosso questionário, nós estamos finalizando a análise desses dados e vamos publicar, provavelmente no início do ano que vem, aliás, posso, não vou encaminhar aqui para o Conanda, até para que vocês possam conhecer. Podemos vir aqui e apresentar com mais detalhamento, mas já posso antecipar para vocês que desse levantamento ainda que não tenha chegado em todos os municípios, já tem um número representativo, pois é cerca de metade dos municípios foram alcançados. E mais de 70% dos municípios não têm o seu comitê colegial de rede criado no âmbito dos seus conselhos de direitos. Então, isso mostra o quanto ainda temos que caminhar para implementar uma lei que já tem 6 anos, e que continua ainda longe da sua implementação. Captamos nessa pesquisa até um contrassenso, porque obtivemos resposta de municípios e de colegas dizendo que os municípios não tinham comitê colegiado de rede, mas tem Municípios declaradamente, pelo menos que já os promotores mencionaram que já têm o seu fluxo construído e a nossa questão é onde e quem? Quando e como foi construído o Fluxo? É um fluxo de fato qualificado para o atendimento, para o enfrentamento à violência, prevenção à violência contra crianças, adolescentes. Então me parece que esse é um tema, sobre o qual o Conanda já se debruçou na elaboração da resolução 235, que é muito importante. Mas me parece que precisamos avançar, Cláudio. já conversamos sobre isso em outras oportunidades, porque nós estamos ainda muito longe de alcançar a universalização dos municípios, tendo os seus protocolos e os seus fluxos, estabelecidos, quanto mais é termos os profissionais devidamente capacitados. Acho que é isso que o projeto apresentado vem fortalecer também. É a formação dos integrantes do sistema de garantia de direitos para identificar sinais de violência e saber acolher. Para ter essa postura ética da acolhida inicial, numa situação de revelação espontânea, o que a gente tem no Brasil hoje é um despreparo quase que absoluto da maioria dos profissionais do sistema de garantia de direitos ou que se omitem ou não protegem aquela criança que recebem. Então não é uma demanda de revelações importantes, não sabem lidar com aquelas revelações espontâneas que revitimizam a criança com perguntas necessárias com encaminhamentos excessivos. Então precisamos fazer de fato um movimento para garantir que todos os municípios tenham os seus protocolos e fluxos implementados, e que nesse fluxo haja esse momento de formação de todos os profissionais do sistema de garantia de direitos para esses momentos. Além da formação específica, que não precisa ser para todos, mas pelo menos que cada rede tenha seus profissionais formados para fazer a escuta especializada, que não se confunde com revelação espontânea, são momentos distintos. Queria só pontuar isso. E testar e trazer então para o Conanda, para que possamos, quem sabe no ano que vem avançar nesse debate tão importante, quem sabe atualizando o decreto 1603, aprimorando a resolução 235 do Conanda. E avançar para além dos centros integrados, que é uma política, não é contra os centros integrados, mas que é uma política que não vai chegar em todo o território nacional, não vai chegar nos 5500 municípios do Brasil. Precisamos pensar para além dos centros integrados no âmbito da implementação da lei 1343. Quero dizer que no âmbito do MP de Santa Catarina, quando eu estava lá como coordenador, lançamos um curso EAD, gratuito online, chamado identificar, escutar e proteger com 10 horas aula, é super curtinho, gratuito. Quem quiser acessar depois posso mandar para vocês. É ead.mpsc.mp.br, tivemos milhares de pessoas que fizeram esse curso. Está muito bem avaliado e é só uma introdução ao sistema de garantia de direitos. Uma introdução é uma formação mínima para esse profissional, na linha do que o projeto do Marista, apresentou que esse profissional tenha condições mínimas e tem esse comportamento ético e com relação à identificação e acolhida da revelação espontânea de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. O presidente Cláudio Augusto: Agradece a apresentação. Acho que nesse sentido que o doutor João estava dizendo, me parece que, sobretudo, as escolas, são espaços privilegiados de revelação espontânea devido ao vínculo, que as crianças e adolescentes fazem com os seus professores e acho que aqui a gente não tem

hoje, representantes do MEC, mas acho que vai ser interessante a gente entender, se o MEC organiza algum tipo de formação para os seus trabalhadores em relação a esse tipo de denúncia que as crianças e adolescentes podem trazer de diferentes maneiras nos espaços das escolas. Então, estou entendendo que a intenção de vocês é que de alguma forma a gente possa estabelecer uma estratégia de disseminação que o Conanda vai dar um encaminhamento dentro de uma das comissões. Não sei se a de políticas públicas, para ver dessa possibilidade interagir com vocês para é poder pensar numa distribuição e atingir mais pessoas, principalmente os profissionais do sistema de garantia de direitos. Podemos encaminhar essa apresentação como direcionamento para a comissão de políticas públicas, para que se possa é formalizar algo em torno da disseminação dessa metodologia apresentada aqui para nós. Também cabe na CMF, nas 2 comissões então. Senhora Cecília: Muito obrigada. Eu acho que é um excelente encaminhamento. Queria mais uma vez dizer que a gente fica totalmente à disposição. Inclusive temos como se organizar para estar com vocês presencialmente. Francine fica em Brasília também, dizer para o doutor João que trabalhamos especificamente com o artigo nono do decreto 9603, já em 2020. A gente olha para ele e diz, olha cada município, preferencialmente no âmbito do conselho de direitos, deverá ter um comitê e tal. Repetimos o texto da lei de uma forma simplificada, para que o educador mesmo possa saber que o município teria que se organizar nesse sentido, mas sabemos que a coisa é bem mais complexa que isso e concordo contigo. Temos que trabalhar além dos centros integrados. Os centros integrados, inclusive, não são a única solução. Não podemos trabalhar em um país de dimensões continentais como o Brasil como se fosse possível uma única solução para todo mundo. Temos também que trabalhar com sinais de que é outra coisa que você mencionou e estão nas cartas. Por isso é que trabalhamos com perguntas e respostas. É um conteúdo denso, mas estamos trabalhando com 25 perguntas e respostas, que facilita a leitura e essa forma de organização com apresentamos. Aproveitando a fala da Débora esse material para o Erasto no MEC, para a Secretaria, apresentamos também no MEC numa ida à Brasília, apresentamos esse material com essa mesma intenção de que pudessemos incidir de alguma forma e se colocar disponível e trabalhar como multiplicadores dessa ideia, que é qualificar as pessoas para o momento da revelação espontânea para que não haja nenhuma omissão nem a revitimização. Que a gente consiga reduzir esse dano que o doutor João mencionou. Ficamos completamente à disposição para uma discussão, para uma formação, para o material e o nosso material fica disponível para vocês integralmente. Vocês estão com o nosso contato também e agradeço imensamente pelo espaço. O presidente Cláudio Augusto: Muito obrigado, Francine você é de Brasília, então, fica mais fácil as comissões se reúnem agora em fevereiro. Então, vai ser é para fevereiro, as 2 comissões, então tem o contacto aqui da Francine e da Cecília, e organiza essa utilização desse material. Bem, chegamos ao último ponto. Estava previsto para terminar às 16:00.

14/12/2023 – 321ª Assembleia do Conanda: O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva iniciou a reunião com assunto de pauta sobre a Presidência do Conanda. Foi sugerido pelos conselheiros (as) da Sociedade Civil que a Presidência seja assumida pela atual Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas e pelo governo que a Vice-Presidência fique atual Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva, que informou que em conversa com o Ministro falaram sobre a importância da SNDCA está na posição de vice-presidente o que foi conversado com os representantes do governo na terça-feira, então. As palavras do ministro, que são os passos de participação importante, de deliberação e que o Ministério vai continuar estando aqui com o que a gente puder trazer de maior força, sejam através das nossas Coordenações e representações dos ministérios, mas também com esse compromisso dele com esse formato de participação, então fica o meu nome como representante da SNDCA e do Ministério para vice-presidência. Vamos colocar em votação, dando continuidade ao que foi estabelecido no Conanda da presidência, representando as organizações da sociedade civil, Marina, e para vice-presidência a SNDCA em meu nome. Quem é favorável, por favor, em votação. Quem é contrário? .Abstenção? Aprovado por unanimidade, a partir de fevereiro de 2024, serão nomeados para os cargos as sugestões feitas por conselheiros. A Vice-Presidente Marina de Pol Poniwas agradeceu o apoio de todos e reforçou o compromisso do Conanda em ações articuladas contra qualquer tipo de discriminação e se coloca à disposição para continuação das lutas. Em meu nome, em nome do conselho federal de psicologia, gostaria de agradecer, mas uma vez, a confiança e o apoio da psicologia brasileira, que tem um compromisso e reafirma seu compromisso com a proteção integral de crianças adolescentes. Estamos vivendo um período de reconstrução e sabemos o quanto nós todos aqui temos muito a contribuir e o quanto é desafiadora a luta que temos pela frente. Tivemos um ano de muito trabalho,

foram 3 presidentes que estiveram aqui nesse ano no Conanda e eu interinamente, em alguns momentos também. Quero agradecer a toda a confiança do governo depositado na participação social e o compromisso com a participação social. Quando esse ano é, construiu a possibilidade da gente recompor o Conanda, e estar aqui mais fortes nessa luta. Quero agradecer o fórum nacional desse pelo compromisso de sempre estar perto, sempre colaborando, contribuindo e construindo junto com a gente. E uma avaliação que nós realizamos ontem aqui e ficou evidente que, para além das nossas tarefas aí mais amplas, que a revisão do plano decenal, as caravanas dos direitos da criança e do adolescente, a escola de conselhos, a execução dos planos e. articulada, implantação LGBTfobia. Vamos continuar trabalhando para fortalecer o Conanda cada vez mais. O nosso objetivo é ampliar nossos espaços de diálogo com as outras organizações, movimentos, redes, coalizões e que possamos ampliar e continuar fazendo aquilo que Cláudio começou a fazer, um excelente trabalho, essa construção coletiva. Nós avançamos muito, na participação social dos adolescentes com a constituição do CPA. E, eles estando aqui todos os dias na assembleia contribuem muito com a gente, temos que avançar cada vez mais, mesmo sabendo que temos um desafio estruturante, que é construir uma cultura de participação e que isso todos os dias aparece nas nossas assembleias, que precisamos desenvolver isso com os conselhos estaduais. Então a gente conta com vocês também. Obrigada! Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva, passou para a composição das coordenações, das comissões. Informou que se pensou em também nas comissões, de estabelecer um rodízio conforme também era natural como acontecia aqui, para que dentro dessa nova gestão. A proposta, ficou na COF, Coordenação a Conselheira Vitória do Ministério da Fazenda e Relatoria o conselheiro Lacerda da CONTAG; CPP, Coordenação a Conselheira Ana Angélica do MDS e na relatoria a Conselheira a Débora Vigevani do Instituto Fazenda História; CDHAP, Coordenação a Conselheira Deila Cavalcante do GAJOP e Relatoria o conselheiro será indicada posteriormente pelo governo; CMF, Coordenação a Conselheiro Edmundo Kroger da CECUP e na relatoria a Conselheira a Mariangela do Ministério da Cultura. Seguidamente, partiu-se para o calendário de reuniões da Mesa Diretora e Ordinárias do Conanda – 2024, que foi aprovado por unanimidade com as seguintes datas: FEVEREIRO - Mesa Diretora (dia 6) e 322ª Assembleia (dias 7 e 8); MARÇO - Mesa Diretoria (dia 5) e 323ª Assembleia (dias 6 e 7); ABRIL - 324ª Assembleia (1 e 5) e Conferência (dias 2,3 e 4); MAIO – Mesa Diretora (dia 14) e 325ª Assembleia (dias 15 e 16); JUNHO – Mesa Diretora (dia 11) e 326ª Assembleia (dias 12 e 13); JULHO – Mesa Diretora (dia 9) e 327ª Assembleia (dias 10 e 11); AGOSTO – Mesa Diretora (dia 6) e 328ª Assembleia (dias 7 e 8); SETEMBRO – Mesa Diretora (dia 10) e 329ª Assembleia (dias 11 e 12); OUTUBRO – Mesa Diretora (dia 8) e 330ª Assembleia (dias 9 e 10); NOVEMBRO – Mesa Diretora (dia 5) e 331ª Assembleia (dias 6 e 7); e, DEZEMBRO – Mesa Diretora (dia 10) e 332ª Assembleia (dias 11 e 12). As reuniões das comissões sempre na semana anterior a da assembleia devendo ser organizado dia e horário junto a secretaria executiva com antecedência. O Calendário 2024 será enviado para os e-mails para conhecimento de todos. O conselheiro Elói Gallon, informou que a comissão precisou alterar datas diversas vezes por conta porque surgiu um problema. Então achava importante, ter um calendário anual, pois se tiver problema podem ajustar e participar das reuniões e organizar a participação também dos adolescentes. Ato contínuo, passou para leitura da Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDHAP, realizada pelo Sr. Carlos Frederico, informou que a reunião aconteceu como sempre o bastante pontualidade. O primeiro assunto de pauta foi a metodologia da comissão para convidar de reuniões de assunto que foi tratado na última assembleia aqui e que teve um debate bastante intenso sobre o tema, sobre formato como que devemos seguir para os convites para as próximas reuniões da comissão. Decidimos o seguinte, que todas as pessoas foram convidadas a palestrar na comissão de alguma forma, apresentar um trabalho, alguma coisa serão necessariamente deliberados antes pela comissão. O convite se dará por meio da Secretaria Executiva que faça na forma do regimento interno, porém, a comissão opta por manter as suas reuniões abertas a qualquer pessoa que queira participar, mas com o cuidado de que cabe à presidência da comissão possa moderar o uso da palavra. Segundo assunto da pauta foi em relação ao plano da primeira infância, que foi apresentado na assembleia passada e que as comissões ficaram de deliberar e apresentar sugestões. Essa comissão decidiu que nós sugerimos a aprovação desse texto como uma primeira fase do plano, considerando, dessa forma, o esse plano que foi apresentado. Seria uma primeira fase, sendo necessário que o conselho assuma o protagonismo, a articulação com outros órgãos. Vários órgãos aqui relatados, inclusive para a elaboração de uma segunda fase, que seria mais executiva, mais operacional, estabelecer-se metas

mais palatável do ponto de vista de execução de plano propriamente dito. Terceiro ponto de pauta foi em relação ao PL sobre segurança digital. O time do Instituto Alana propôs que fosse apresentado como resolução. A Marta propôs que a gente trabalhasse como um projeto de lei. Então solicitamos uma reunião extraordinária em fevereiro para apresentar um debate do texto, e a partir do debate a gente faz uma apresentação e tentar construir de forma mais ampla é o projeto. Em seguida, discutimos em relação ao projeto de lei número 2628, que trate também sobre proteção de crianças em ambiente digital, que teve o relatório do Senado com o qual não há plena concordância. E não há acordo em relação à jurisprudência e a resolução do conselho. Decidimos também por tentar uma articulação com o Senado para promover uma audiência pública para que façamos um debate mais amplo. Como estamos no período já de iniciando o recesso agora final do ano, isso ficaria para fevereiro, já com a nova coordenação da comissão assumindo essa missão. Chegamos à conclusão de que a nossa pauta estava muito extensa, que não daria tempo, então muitos dos pontos de pauta foram remetidos para a reunião de fevereiro. É então o projeto de lei 4224, que institui a medida de proteção à criança e adolescente estabelecimento similares remetemos para o debate na próxima reunião, mês de fevereiro, assim como o replanejamento da comissão. A Conselheira Ana Cláudia: só para complementar sobre a resolução do digital. Não é que é uma encomenda que já vem desde o ano passado, desde a metade do ano. E a gente vem trabalhando nisso, conversamos já com a Secretaria Nacional, enfim, tivemos alguns avanços no texto, está com os membros da comissão para análise. Na reunião nem todos os integrantes haviam conseguido fazer uma leitura mais aprofundada do texto para debater, aprovar e trazer aqui para a Assembleia toda conhecer o texto. É um texto que ele está é muito principiológico de quais são as diretrizes que as plataformas devem seguir para garantir os direitos de crianças e adolescentes. Então por isso solicitamos uma reunião extraordinária em fevereiro, exclusivamente para poder apresentar o texto especialmente para a comissão e para quem mais quiser participar, especialmente os adolescentes. Acho que seria bem importante ter a presença de diálogos com os adolescentes para fazer um debate e buscar uma versão final. Especialmente para pensar quais são as responsabilidades também do sistema de garantia de direitos para nos ajudarem nessa plataforma. Que deixem de ser esses espaços de violência, de violação de direitos e ameaça. Então a gente sugeriu encaminhar esse texto também para alguns órgãos que também estão fazendo esses debates no governo, como a SENACON, com é pessoal do Ministério da justiça, tem algumas secretarias, Secretaria de direitos digitais o MEC, Secretaria em educação, de direitos humanos e o próprio Ministério de direitos humanos. É uma Secretaria específica sobre direitos humanos e mídias digitais. Chamar as pessoas que estão trabalhando com esse tema para olhar juntos e já alinhar esse texto, esse é o primeiro ponto. Aprovar essa extraordinária e dialogar com esse texto com outros atores importantes. Sobre PL 2628, é um PL que de forma ampla trata também da proteção das crianças e adolescentes no ambiente digital, mas agora o que nos preocupa nesse PL é num relatório apresentado pelo relator, que traz um ponto de autorizar a publicidade infantil para as crianças, que é algo que esse conselho já se debruçou na resolução 163 e é vedando o direcionamento de publicidade infantil para as crianças. É um texto que vai falar sobre ambiente digital e dentro dele agora vem essa autorização para publicidade infantil direcionada para crianças. Temos essa permissão de publicidade para adolescentes, mas para as crianças entendemos que elas estão numa fase de desenvolvimento, que elas não conseguem diferenciar o que é que a publicidade, o que é que é entretenimento? Então, seria prejudicial seria um abuso do discernimento, da capacidade de compreensão. Essa modificação entendemos que vai contra, não apenas é a resolução do Conanda 163, mas também ao código de defesa do consumidor, ao Marco legal da primeira infância, ao estatuto da criança e do adolescente. Vamos solicitar que a Aspar consiga nos ajudar a fazer esse diálogo com o Senado, especialmente com o senador que está mobilizando isso e outros senadores para consigamos vedar essa alteração, tanto mobilizando a resolução 163, mas trazendo então a especialidade do conanda. Olha, não trazendo a resolução 163 como terminativa do debate, mas dizemos que nós Conanda, na verdade, bem mais antiga essa resolução, mas desde muito tempo Conanda já afirmou esse entendimento de que publicidade não deve ser direcionada para crianças. Então o Senado deveria escutar os especialistas em direitos da criança e do adolescente. Pedimos que Aspar consiga mobilizar essa audiência pública, trazendo tanto representantes do conanda, mas também da ACT promoção de saúde, que é uma organização que especialista em questão de alimentos, pois há publicidade de alimentos ultraprocessados e é bem perigosa nesse sentido. Conversamos um pouco também sobre o projeto de

lei é que institui a figura do defensor da criança, que as atribuições da Defensoria pública, que também estava na nossa pauta, e assembleia passada não conseguimos finalizar a nossa análise do texto como comissão. Sugerimos a realização de um seminário é pelo conanda e, junto com o Ministério da justiça, que debata sobre os porque, no fundo não é trazer à tona, é o acesso à justiça para crianças e adolescentes, como as crianças são representadas e ouvidas no poder judiciário? Sugerimos que para o ano que vem consigamos pensar um seminário, especialmente Conanda e o Ministério da justiça, para pensar a participação de crianças e adolescentes no judiciário, também considerando as particularidades de acesso à justiça das crianças com deficiência e indígenas. Sobre o plano nacional da primeira infância, também ficou dialogado na comissão de que é importante ter uma assessoria técnica para auxiliar no desenvolvimento do plano operacional que deve compor o plano decenal. Avaliamos que dentro do âmbito da comissão, e não daremos conta de desenvolver esse plano e é necessário que garantir para o próximo ano essa assessoria. Estava na pauta também a análise sobre os programas de proteção provisória crianças e adolescentes. Recebemos um documento com relatos das experiências desses programas que são desenvolvidos por alguns municípios, especialmente no nordeste, e que não tivemos tempo de se debruçar nessa análise. Então vai ficar um tema que é muito importante e relevante para a política de proteção a criança e adolescente, mas que a gente não conseguiu dar conta nesse momento, então fica para fevereiro. O conselheiro Marco Antônio Soares: a minha intervenção aqui no sentido de só fazer observação. Em fevereiro, nós temos o replanejamento das comissões. Isso e na assembleia é de tudo aquilo que havia e mais do que surgiu, as comissões vão trazer aquilo que elas entendem como sendo prioritárias e dali vamos tocar 2024. Em fevereiro temos que olhar o planejamento destacando o que é prioridade e que pode manter esse tema. Aí na assembleia de fevereiro é que deliberamos isso aqui. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva: o primeiro encaminhamento da comissão está prejudicado, pois vai contra o regimento interno. O regimento não fala em reunião aberta de comissão. Então vamos encaminhar assim; proponho que seja revisitado e atualizado o regimento no próximo ano. Então vamos criar um fluxo para devidamente cumprir o regimento, mas também garantir essas participações que são importantes. Agora é importante os convites saírem da Secretaria executiva, porque a comissão é do Conanda. E o Conanda tem uma Secretaria para programar isso tudo, convidar, ver problema de participação, se é presencial, se é link. O próximo ponto da comissão, que é o texto apresentado na comissão, encaminhamento da comissão é que distribua, chama outros parceiros, outros ministérios. Porém, antes, ainda tem que discutir um pouco mais, amadurecer todo mundo do Conanda. Fevereiro e março, então é e com o Carnaval no meio disso, com férias de janeiro no meio disso, eu acho que esse texto precisa circular entre nós todos e vamos pontuando isso a cada assembleia, com as dúvidas com as questões e combinando esse cronograma de discussão para o Conanda. O Seminário do CONANDA sobre o tema violência digital fica para depois que nos apropriarmos do texto. Quanto ao plano da primeira infância fica o que já foi combinado. Quando fomos preparar o calendário, já faz essa proposta com a extraordinária. Sobre o PL é fazer uma ação com aspar junto ao Senado, que a Aspar possa mobilizar nossa resolução 163 para demonstrar essas substituições. Colocou em votação. Quem é favorável. Quem é contrário? Abstenção? Relatoria da CDHAP aprovada, passou-se para leitura e discussão da Relatoria da Comissão de Políticas Públicas - CPP, realizada pela Sra. Débora de Carvalho Vigevani: a nossa reunião aconteceu no dia 11, às 9 da manhã. Nos debruçamos em relação ao plano nacional da primeira infância. Detalhamos bastante, e inclusive o que a CDHAP trouxe como uma proposta nós detalhamos um pouco mais. O texto apresentado é pela RNPI seja aprovado, não como uma primeira versão, mas como uma primeira parte do plano, uma parte mais conceitual, como recomendações gerais e que o Conanda poderia fazer uma segunda parte que seria um plano operacional mais concreto. Que o conanda elabore um documento oficial, reunindo todas as considerações de todas as comissões com apontamentos de melhoria ao texto dessa primeira parte mais conceitual que esses é aprimoramentos, eles não vão ser condicionados à aprovação. De qualquer forma, a gente seria já signatário, já aprovaria essa primeira parte, mas com é um apontamento de que se essa primeira parte for novamente ditada ou impressa, que esses apontamentos do conanda possam ser considerados numa próxima, é edição e impressão. Então, deixaríamos essa primeira parte aprovada e a segunda parte seria um plano operativo com ações, metas e pactuação entre os órgãos responsáveis pelas políticas públicas envolvidas. Isso dependeria de 2 questões. Primeiro, destinar recursos do plano de aplicação de 2024 para uma consultoria com algum órgão público, como a Enap, tem toda uma metodologia de oficinas

participativas que fez na atualização do plano nacional de convivência familiar e comunitária, com plataformas digitais e que podem ser feitas de forma remota, que pode ser muito interessante para esse processo. Então essa consultoria feita por algum órgão público facilitaria a destinação dos recursos para ser algo mais rápido para acontecer, para já começar no primeiro semestre. Porque se depender de edital ou de licitação pode demorar muito tempo. Então essa consultoria pode ou seria responsável por organizar e operacionalizar oficinas participativas remotas com todos os órgãos e organizações e redes e movimentos que tem uma expertise com esse tema e que depois vão ser responsável pela execução da política. Uma oficina participativa com os ministérios que estariam envolvidos com o sistema de justiça, com organizações da sociedade civil, com a RNPI, enfim, com todos que já estão de alguma forma envolvidas. Essa consultoria seria responsável pela sistematização do resultado desse plano operacional. Então, seria uma consultoria que apresentaria um texto sistematizado com o plano operacional. Discutimos bastante o quanto não basta a gente propor as oficinas e não basta organizar as oficinas, se não tiver um engajamento e um comprometimento, é de todos os órgãos que precisariam estar envolvidos na execução da política. Assim, precisaria ter alguém conduzindo esse processo. Que de fato consiga engajar todos os ministérios, todo o sistema de justiça é todas as organizações da sociedade civil. É porque se a gente tiver oficinas, ainda que remotas, esvaziadas, de nada vai adiantar a gente destinar recursos para isso, fazer e não ter a participação necessária. Se vai ser a SNDCA ou o Conanda, lembrando que esses são os responsáveis pelos procedimentos administrativos para repassar o recurso para o órgão que vai fazer a consultoria, a articulação com os diversos órgãos participantes e a oficialização, da participação de cada convidado também vai ser responsável por elaborar as diretrizes técnicas a serem repassadas do órgão que vai operacionalizar as oficinas. Então, assim o órgão ENAP ou qualquer outro órgão que a gente defina, tem que ter o conhecimento técnico necessário para, por exemplo, fazer uma pré-estrutura de quais são seus objetivos, quais são seus eixos do plano operativo. Então vai ter que ter algum responsável por ir alimentando esse órgão que vai operacionalizar depois as oficinas participativas. Tem que ter alguém dentro dando subsídios para esse órgão que vai operacionalizar as oficinas. Também com o GT da primeira infância no conselho de desenvolvimento econômico social sustentável e a RNPI, que acho que são atores importantes que estão pensando essa política e que não adianta fazermos um plano por aqui sem ter uma articulação com quem está elaborando a política e sem ter uma articulação com a RNPI que foi quem começou a conduzir a liderar todo esse processo. Então precisamos estar bem articulado tanto com o conselho quanto com a RNPI. Quanto ao tema da aprendizagem, que também a gente vem discutindo na comissão cabe esclarecer que continuam as discussões junto aos fóruns distrital e estaduais e que em fevereiro vamos formalizar as questões trazidas por todos eles e organizar a revisão da resolução. Temos debatido na comissão e foi levantada a possibilidade de trazeremos algumas pesquisas internacionais e foi discutido como que se poderia ser feita a tradução, de eventuais pesquisas e de experiências internacionais. O Presidente Cláudio Augusto Vieira da Silva; seguimos com os encaminhamentos da CPP, vamos nos comunicar com aqueles 4 movimentos de organizações e órgãos que tiveram conosco. Então essa comissão está propondo que o conanda considere esse plano que está em revisão e atualização, enfim, que estão rediscutindo. Como está aprovado como uma primeira parte do plano e se faça um plano operacional para segunda parte. A segunda parte diz respeito a uma nova proposta trazida por essa comissão, que junta com a proposta da outra comissão, que é uma contratação para continuidade de desenvolvimento de um plano operativo desse plano da primeira infância, que é uma coisa que lhe foi colocada inclusive na assembleia passada. Fazer as ações fins para o atendimento daqueles princípios do atendimento da política da primeira infância, da chamada primeira infância, que a gente chama aqui das infâncias. A secretaria-executiva faz esses contatos com a Enap para a gente ver a possibilidade se podem fazer no primeiro semestre do ano que vem, se tem essa condição, se não tem, vê o instrumento jurídico para isso. Colocou-se em votação a relatoria da comissão e foi aprovado. Passou para a relatoria da COF. A conselheira Vitória; a pauta, foi o que ficou pendente da última reunião que a gente deu andamento nessa, análise do PL 3443 de 2021, da deputada Paula Belmonte e a discussão do conteúdo e estratégia para prosseguimento com PL 10 433, do deputado Eduardo Barbosa. No primeiro item de pauta, o coordenador Edmundo fez um resumo sobre o teor do projeto de lei 3443 de 2021, de autoria da deputada Paula Belmonte, que tem como objetivo facilitar a doação de percentual do imposto de renda da pessoa física para os fundos da criança e do adolescente. O segundo o projeto de lei, o contribuinte pessoa física poderia destinar o

percentual de até 6% deduzido do imposto de renda devido como doação para o fundo da criança e do adolescente, descontando mensalmente diretamente na folha de pagamento, mediante requerimento ao seu empregador. Em suma, o projeto de lei prevê autorização do repasse de 6% para o fundo da criança e do adolescente e que a dedução aconteça no momento do pagamento efetuado pelas empresas. O novo modelo permitiria a realização de campanhas junto às empresas e funcionários para autorizarem a dedução. Com essa forma, as doações seriam somatórios dos valores que serão depositados mensalmente diretamente na conta do fundo, conforme o modelo atual. O modelo permite a arrecadação no mesmo ano fiscal, porém os gestores deverão se comprometer em executar os recursos com mais agilidade. O Carlos explicou que poderá ocorrer de 2 formas, uma com ação direta do contribuinte, que mensalmente irá fazer um cálculo prévio daquilo que irá contribuir, fará o depósito mensal na conta do fundo que essa opção é mais complicada para o contribuinte. A outra seria fazer uma vez ao ano, dentro da declaração do imposto de renda e, neste ato, declarar a porcentagem que será destinada ao fundo. Também observou a questão do dbf, declaração de benefícios fiscais tal qual ocorre atualmente. Os gestores dos fundos que receberam repasses fariam ADBF para informar para a receita federal, aumentando o seu trabalho. Se aprovado PL, haveria, portanto, um aumento do volume de recursos e os gestores do fundo teriam que estar capacitados para fazer a gestão adequada e ter uma equipe preparada. O Marco Antônio sugeriu já deixar agendado para o início do próximo ano um convite para conversar com a deputada ou alguém que ela indicar para tirar todas as dúvidas sobre o projeto de lei e enviar propostas de melhoria do texto que a ideia do texto é ótima, mas que devemos avaliar pormenores. As questões mais práticas e até trazer a pessoa responsável para plenário plenária para tratar do assunto, dirimir as possíveis dúvidas. Incluí no PL questões que ficaram pendentes por ocasião da aprovação do PL 1043. Atualmente, a lei número 14692, de 2023. As inclusões que foram apresentadas em 2 plenárias do comando que o que o deputado compareceu ao conanda para delinear o projeto e se manteve aberto para receber as propostas, porém, verificou-se depois que as propostas não foram encaminhadas ao gabinete do deputado e, conseqüentemente, não foram incluídas no PL. Que por decisão nossa, deixamos o projeto tramitar porque tinha urgência para que fosse concluído ainda neste ano, para permitir que o contribuinte nesse ano pudesse destinar a indicar o projeto do seu interesse. Mas ficaram as pendências e a ideia de estratégia seria tentar a inclusão das pendências no PL 3443, de 2021, não sendo possível a inserção do PL da deputada Paula Belmonte. O assunto deverá ser objeto de um novo PL. O Marco Antônio destacou a importância de sabermos, primeiramente, em que pé está o projeto para depois fazer a comunicação e tratativas com a deputada, com os devidos agradecimentos e se propondo a fazer contribuições dentro da temática. Que o Conanda formalize o documento para enviar, sugeriu que nesta última plenária também fosse apresentado a execução do plano de aplicação, em linha atualizar o conselho. Como encaminhamento, ficou formalizar agradecimento a deputada Paula Belmonte e enviar um convite para a deputada ou responsável pelo PL 3443 de 2020, para participar da plenária de março e a elucida as dúvidas sobre o projeto e recebimento das possíveis emendas sugeridas pelos conselheiros, verificar o andamento deste PL para ver a possibilidade da inclusão das pendências e apresentar a execução do plano de aplicação de 2023. Conselheiro Edmundo: é o seguinte, os esclarecimentos que nós ficamos de prestar dependia de consultas aos técnicos aqui da Secretaria Nacional e de imediato nos atendeu. Após várias conversas porque esse PL apresentado pela deputada Paula Belmonte, muda totalmente a questão da captação de recursos, por fundo, altera de maneira substancial. Mas ela foi direto na fonte do problema. Então hoje para o contribuinte, só para colocar todo mundo na mesma página, para quem não acompanha orçamento, hoje, o fundo funciona assim, o contribuinte pode até 31 de dezembro prever o valor que ele vai pagar de imposto de renda e aí calcular os 6% e pagar os 6% é na forma de estimativa. Ou então levar até ao período da declaração da apresentação da declaração de imposto de renda, que normalmente é em abril, e ali destinar apenas 3% só é permitido hoje, 3%. O projeto de lei da deputada Paula Belmonte faz, ao invés disso, o contribuinte autorizaria o seu empregador a descontar direto na fonte o 6%. Então, daquela parcela do imposto de renda que seria que a empresa deduz a empresa ou o poder público, deduz do funcionário ou do empregado. Os 6% já seria alocado naquele momento, no fundo, mensalmente. Então, isso vai dar primeiro uma antecipação de receita profundo, que hoje demora mais ou menos 2 anos, entre um ano e meio a 2 anos, para aquele dinheiro chegar no fundo. Então, dessa forma, o dinheiro já chega no fundo direto, imediatamente ou quase imediatamente. Será uma rapidez maior na alocação do recurso

do fundo. A segunda questão é a facilidade, porque o empregado só vai assinar um documento. O contador da empresa talvez possa até ajudar ele fazer essa conta de quanto que seria significaria 6% e ele subscreve um documento dizendo que está autorizando a empresa a descontar na folha. Pronto, acabou. Isso vai significar um aumento enorme de trabalho para os conselhos municipais, mas em compensação também haverá um aporte maior. Estamos esperando que haja um aporte enorme de recursos lá nos fundos municipais, estaduais e nacional. Analisamos todas aquelas propostas de alteração ao PL 10 433, do deputado Eduardo Barbosa e estamos apresentando a deputada. Já formalizamos Hélio, um funcionário a equipe da SNDCA, porque é o cara que está com o substitutivo ao projeto de lei que altera é algumas questões. Primeira questão lembra que eu falei não no começo que se você deixar para apresentar é, é todo imposto de renda. Em abril, ele sai de 6%, e desce para 3%, então nós estamos apresentando a proposta de que seja 6% direto, tanto faz fazer a declaração em 31 de dezembro, na folha ou em abril, então isso já de alguma forma de aumenta também a arrecadação. Essa é a primeira inclusão que a gente está apresentando ao PL da deputada Paula. O segundo é transformar em lei uma resolução é que já tínhamos aprovado. A autorização para que é os recursos do fundo possam ser utilizados para compra de equipamento, aluguel ou reforma, de equipamentos que sejam destinados à criança e ao adolescente, sem sair da finalidade do fundo. Quer dizer, é tem um artigo do fundo isso na nossa legislação. Que recurso do fundo só pode ser usado para atender criança e adolescente, por isso proibia esse tipo de aquisição. A nossa resolução anterior já permitia, até porque a lei do Marco regulatório, das organizações da sociedade civil já havia criado essa possibilidade de que os projetos financiados com recursos públicos pudessem ser atender a aquisição de equipamento, aluguel de imóveis ou reformas. Então esse é mais um artigo que temos que incluir, quer dizer, a pegar a resolução e transformou em lei. A terceira alteração que estamos apresentando para a deputada é comissionamento do captador de recursos da pessoa que vai captar recursos, que também a resolução 218 do conanda, que também estamos propondo transformar em lei. Então é até 10% do valor é arrecadado, e pode ser pago remuneração ao captador. Por isso, vamos incentivar que esse trabalhador que hoje é invisibilizado use várias estratégias contábeis para poder justificar o trabalho da pessoa. A pessoa tem um, ela, ela produz, escreve um projeto. É, depois vai à busca do captador para alocar o recurso e algumas vezes ele executa o projeto. Essa pessoa às vezes, não é sempre, então isso é invisibilizado. Vive uma construção paralela. Então o que estamos tratando aqui é que essa resolução se torne Lei, e que a possibilidade de remuneração legal desse ente, desse trabalhador brasileiro. Então são essas as propostas do projeto de lei, a proposta ao substitutivo. Essas são as alterações que estamos apresentando a ela. A segunda questão que nós ficamos de verificar e não conseguimos concluir é a avaliação do plano de aplicação. Já sabemos que a Secretaria executou quase 100%, o nome do secretário agora é 100%, secretário 100% executor, 100% do orçamento da Secretaria. Mas estamos finalizando a avaliação da execução do fundo, que vai ser muito próximo desse valor. Mas estamos pedindo, a COF está pedindo, para que no final da tarde consigamos apresentar esse documento. Obrigado. O presidente Cláudio Augusto; propondo ao Edmundo, que essa proposta foi feita aqui essa semana, então que depois da assembleia, a proposta circule para todo mundo, para todo mundo ler tudo isso que o Edmundo falou, mas é bom dar uma lida. Esse PL fala que também do repasse de fundo a fundo, que é uma reivindicação antiga, não só tem 33 anos. Agora estamos colocando um PL para que possibilite o repasse de fundo a fundo, não vão aumentar no detalhe. Como não vai ter votação desse material agora em dezembro, porque isso tem que não pode ser resolução. Tudo o que isso que o Edmundo colocou, eu acho que deve circular na assembleia de fevereiro. Assim vamos ter as primeiras contribuições de todo o mundo, o que segue a mesma lógica dos outros textos das outras comissões. Conselheiro Edmundo: Agora não está pronta para discussão do Conanda, levamos para aprovação em fevereiro essa proposta de lei. Essa é uma proposta do Conanda. Pode ser dessa forma, presidente, a gente não poderia fazer uma aprovação virtual do texto para poder encaminhar logo. Também pode ou ter que esperar fevereiro. O presidente Cláudio Augusto: Acho que dá tempo de aguardar, a não ser que aconteça alguma coisa muito extraordinária aí que é difícil de ter porque ainda tem que aprovar LDO, enfim, aí entra janeiro, recesso, mas se houver uma emergência, aí comunicamos e convocamos. Passou a aprovação da relatoria: relatoria aprovada. Ato contínuo: Relatoria do grupo técnico do Sinase e informes. A Conselheira Deila Martins: Nossa reunião aconteceu dia 12 de dezembro às 10:00 da manhã. Estivemos presentes representando o Conanda eu, Deila Martins, a conselheiras Marta, Leonéa e a Amanda. Tivemos a contribuição também do Francisco

Xavier - MDS, Ana Carla - MDS, e pela Coalisão pela socioeducação - Thayse, Paola e Camila. Pela sede, tivemos a Lucélia e a Mara também. A pauta discutida foi a revisão da minuta de resolução sobre o conceito de segurança no âmbito da socioeducação e o papel do agente socioeducativo; revisão do documento orientador da escuta dos profissionais da socioeducação e alguns informes. Sobre o primeiro ponto de pauta, é importante destacar que os GT tem trabalhado é numa minuta de resolução sobre o conceito de segurança e só resgatando o que já fizemos algumas discussões sobre armamento menos letais, as questões de traslado de adolescente, uso de fardamento de cadeias de comando. Então estamos trabalhando num texto com o objetivo de apresentar uma minuta ao Conanda. Esse texto está em discussão e estamos buscando aprimorar a visão para a construção dessa resolução a partir de uma escuta. Estamos trabalhando nos eixos de orientação dessa escuta de profissionais que atuam na socioeducação. Nesse momento, estamos preparando esse documento orientador para que ele traga metodologia de escuta e o que foi que avançamos nessa metodologia. A Mayara, Coordenadora Geral do SINASE, também participou dessa reunião do GT e trouxe importantes contribuições. A partir da construção dessa metodologia de escuta dos profissionais da socioeducação, a Mayara trouxe uma sugestão que em fevereiro vai ter o simpósio sobre a sociedade puxado pela UNB, e que o GT poderia avaliar a possibilidade de ser um momento presencial, de escuta de profissionais da socioeducação. Foi uma proposta bem acolhida dentro do GT, mas entendemos por ser um primeiro momento, ainda temos verificar também como é que vai ser o processo de escolha desses profissionais da socioeducação e tentar entender e incidir também sobre esse momento que precisa ser construído dentro do simpósio para que o GT tenha acesso a esses profissionais. Como ouvir os profissionais da socioeducação, considerando também os nossos limites operacionais que não dá para ir em cada território. Então, algumas sugestões foram colocadas para trazer agora para discussão que seria é movimentar os Conselhos de Classe. Diz a sigla Tefés. E eu e serviço social conselho federal de serviço social, a OAB e os sindicatos das categorias. Sobre os sindicatos, ainda vamos fazer uma análise, de quais sindicatos existem da categoria e quais os estratégicos para o diálogo. Pensamos em fazer reuniões temáticas com cada um deles sobre o tema da segurança da socioeducação. Os gestores serão ouvidos a partir de uma construção, com Fonacriad para que assim possamos conseguir ampliar essa visão da gestão também sobre a sociedade. A ideia é também ser entrevistas guiadas a partir dessas reuniões que vão acontecer para produzir um relatório que vai subsidiar a construção da Resolução. Tivemos também alguns informes relacionados à privatização das propostas de privatização no âmbito da socioeducação. Hoje, dia 14 está acontecendo uma audiência pública em Minas Gerais e foi pedido um vídeo de 3 minutos sobre o posicionamento do Conanda para passar nessa audiência. Ontem, o Cláudio fez esse vídeo e já encaminhamos, em razão de ter tido um choque na agenda, pois Audiência foi marcada no mesmo dia da assembleia, não podemos estar presentes nessa temática também. Nessa reunião foi trazido informe sobre um projeto de Lei nº 1555 de 2019, que trata sobre disciplinar atuação coercitiva do agente público executor da medida socioeducativa, que se encontra na comissão de previdência, família, criança e adolescente. Naquele mesmo dia, conseguimos articular uma atuação da Fundação Abrinque, que incidiu sobre essa questão e o projeto de lei foi retirado de pauta. O GT vem dialogando sobre os parâmetros de segurança na socioeducação, olhando muito para o meio fechado e a gente abriu um espaço também dentro do GT pra pensar as questões de segurança para o meio aberto. Então foi debatido as questões e trazidas informações sobre letalidade de adolescentes em cumprimento de medida de meio aberto, o que indica também essa necessidade de ampliação da visão do GT sobre questões de segurança relacionadas ao meio aberto e ficou encaminhado também que vamos convidar o PPCAAM para um diálogo sobre isso considerando que quase 80% do público que chega ao PPCAAM teve alguma passagem, no cumprimento de medidas socioeducativas e que precisamos também agregar esse olhar na construção da resolução. Encaminhamentos; construir junto ao simpósio um espaço de escuta dos profissionais da socioeducação; Consultar o Tefés, o CFP e a OAB sobre a possibilidade de colaborar com a indicação e acompanhamento das escutas dos profissionais da socioeducação; Fazer um levantamento sobre os sindicatos mais estratégicos para participarem da escuta ativa para continuar a contribuição no documento orientador da escuta; verificar a data do pleno em fevereiro, para participar das escutas na UnB; ver com o Fonacriad e prazo a gente contemplar a escuta dos gestores. A senhora Mayara pediu a palavra para complementar informando que o Fonacriad compõe o GT e tem participado das agendas na pessoa da presidenta, que hoje é a Sorimar Saboya. Nessa agenda especificamente eles informaram que não poderiam participar, então

acho que todos esses processos de escutas, tudo o que está sendo envolvido está tendo a participação. Depois a Sorimar faz o repasse no grupo do Fonacriad. Então está sendo bem articulado e com a professora Cíntia Bizonuto, que hoje é a coordenadora pela professora da UnB e responsável pela coordenação do simpósio. Eu vou ser uma em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos, pela Secretaria da Criança e do Adolescente. Começamos essa parceria em novembro desse ano e o próximo simpósio estamos construindo a programação. Há uma abertura para que se faça propostas e essa foi uma das propostas para que pudesse usar esse momento presencial. Já faremos uso do simpósio para algumas articulações nacionais, mas a coordenação da Secretaria, quando o grupo apresentou nessa é articulação para escuta dos profissionais pensamos em start a esse processo de escuta no simpósio, mas de forma alguma vai estar limitado ao simpósio. Haverá uma metodologia múltipla de escuta dos profissionais. Então seria apenas esse primeiro momento para garantir que ocorresse de uma maneira presencial para destacar a participação e a colaboração do Fonacriad nesse processo também. Só uma sugestão para a próxima reunião do GT, já convidar oficialmente o CFP, o Tefés e a OAB para participar. E a gente pensar já em como que vamos estartar junto aos conselhos regionais essa atividade de escuta dos profissionais. Aproveitando que a Rafaela assessora, está aqui com a gente para já ir acompanhando isso. O senhor Ricardo Melo: É importante realmente a OAB ser convidada diretamente. Talvez destacar a participação das comissões ou da comissão nacional da criança e adolescente da OAB. Mas o ofício tem que ir direcionado ao presidente nacional do conselho federal da OAB, não sei se até se ajuste o texto na OAB nacional. O Presidente Cláudio Augusto; O encaminhamento proposto pelo grupo está aprovado? Quem é contrário? Abstenções? Aprovado o relato do grupo temático do Sinase com os encaminhamentos. Temos um último ponto de pauta, que são os informes. Senhor Diego Alves: Me inscrevi aqui para dar 2 informes. O primeiro é relacionado ainda ao processo de escolha do conselho tutelar. Pela primeira vez, estamos tentando fazer uma ampla coleta de dados para subsidiar a construção e as melhorias das políticas públicas, através de um grupo de trabalho que o Conanda inclusive é membro e vem contribuindo imensamente ao longo de todo esse ano, mas nesse momento em específico, compartilhei com vocês um ofício que nós enviamos a todos os conselhos estaduais dos direitos da criança e do adolescente e boa parte das prefeituras que nós temos acesso, pedindo para encaminhar aos conselhos municipais para que eles respondam um questionário, que elaboramos no âmbito do grupo de trabalho. Tivemos contribuições diversas do próprio Conanda e dos fóruns colegiados, conselheiros tutelar, do MP, enfim, discutimos também com os conselhos estaduais. Já está enviado, já tem um link, já está circulando, temos aí umas 700 respostas mais ou menos, mas como gostaríamos de fazer pela primeira vez, um retrato real do que é a eleição do conselho, uma coisa que nunca foi feito e seria muito importante ter o apoio de vocês. Divulgar isso nas redes, estimular os conselhos municipais a responderem para chegarmos a pelo menos nas 5000, respostas mais ou menos. Ter um retrato do que é esse processo de escolha nos municípios pode tomar e propor melhorias para ele com base na realidade. O MP também está ajudando a mobilizar. Colocamos um prazo ali até o dia 20 de dezembro, mas para as pessoas não acharem que não é importante, que não tem que responder é porque se não se fica sem prazo, porém o formulário não fecha no dia 20. Quem responder depois vai seguir computando as informações, mas também isso é não ficar sem uma perspectiva de encerrar. O outro informe é, na verdade, um convite. Mas acho que também importa. Nós estamos na reta final de desenvolvimento e agora trabalhando para o lançamento do novo SIPIA para o conselho tutelar que começa a operar já em 10 de janeiro para os novos conselheiros tutelares poderem já começar a trabalhar nele. Nesse sentido, na próxima semana, segunda e terça-feira receberemos aqui em Brasília, na Secretaria, os coordenadores técnicos estaduais do SIPIA, que são as pessoas que estão mais no dia a dia fomentando esse trabalho e que vão impulsionar a implementação e utilização dele pra fazer uma apresentação do sistema, um treinamento, e discutir também novas diretrizes políticas e formas de apoiar e implementar o sistema, inclusive de regulamentá-lo melhor, porque as únicas normas que existem sobre o SIPIA são aqueles pedidos aqui pelo Conanda. Nós achamos que temos que avançar nisso. Então segunda e terça-feira, para quem puder, para quem estiver aqui em Brasília, que for conselheiro daqui que puder estar aqui presente, está convidado. Tem um ofício também do grupo com vocês. Para o Conanda, mas também vamos disponibilizar a estrutura híbrida para quem quiser acompanhar. Todos os conselhos estaduais, os coordenadores, técnicos estaduais, e os gestores estaduais dessas pastas, devem estar aqui. A senhora Mayara Silva; queria informar, lembrar, que acho que é importante trazer aqui para esse

espaço que na segunda-feira da semana passada aconteceu o lançamento do levantamento dos dados e das informações do sistema socioeducativo. Acho que é importante marcar isso aqui nessa assembleia, porque na primeira assembleia a gente assumiu um compromisso de levantar os dados e publicar os dados do SINASE em relação ao ano de 2023. Hoje marcar nesta última assembleia que a gente alcançou esse objetivo e essa é 11 passo extremamente importante para a gente qualificar a atuação no sistema socioeducativo e tender esse diagnóstico. Isso foi lançado na semana passada, na segunda-feira. Temos aqui também aproveitar e agradecer o empenho, o envolvimento de todas as pessoas nesse processo. O Conselheiro Carlos Frederico; o quero informar, que foi aprovado ontem no Senado, o projeto de lei 4224, que trata sobre a proteção da criança e adolescente no ambiente virtual, já está indo à sanção e assim a nossa estratégia que era discutir o texto para tentar incidir passa a ser melhorá-lo. O presidente Cláudio Augusto; para finalizar a Assembleia passa a palavra para agradecimento do CPA. Depois proferiu as palavras finais da falando das dificuldades próprias de um conselho deliberativo, de um conselho intersetorial, de um conselho que é, é obrigatoriamente tem que estar envolvido com muitas áreas, tanto da sociedade civil, quanto áreas do próprio governo. Então são dificuldades e, além disso, a mistura, quando é a Secretaria, quando não é a Secretaria, é um dilema. Então a gente tentou, acho que fomos felizes nisso. Resgatamos o funcionamento normal do Conanda. Ressuscitamos 2 deliberações que, autoritariamente, tinham sido esquecidas aí e não publicadas. Conseguimos essa efetivação da execução dos planos do orçamento. Então acho que é um resgate da política e, principalmente, das temáticas que passam por aqui, que são essas temáticas mais dolorosas da política para a infância e adolescência. A questão do levantamento das escolas de conselhos, quando nós chegamos aqui, a primeira coisa que eu falei com as redes e falo o tempo todo com as redes que nos procuram, a única coisa que precisamos fazer é juntar as pontas que a teia está aí. Agora, quando você não quer juntar as pontas, a teia pode ir se desfazendo. Que é o que estava mais ou menos acontecendo nas políticas públicas para criança e adolescente. Então esse trabalho que foi feito de resgate é um trabalho muito importante e significativo para lá adiante. Se hoje a gente tem uma política nacional de formação continuada do sistema de garantia de direitos, é porque alguém a 15 anos atrás falou assim, eu vou montar uma escola de conselhos. Se tudo der certo, até o meio do ano que vem, todos os SIPIAs funcionarão. Prevalece o interesse da política pública, que é para isso que nós estamos aqui. Um abraço e um feliz 2024 para todos!

Nos termos do inciso III, do Artigo 50 da Resolução nº 217/2018 do Conanda, bem como inciso III do artigo 154 da Portaria MMFDH nº 3.136/2019, lavrei esta Ata

CARLOS HENRIQUE DE MORAES PINTO

Secretário Executivo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique de Moraes Pinto, Secretário(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Substituto**, em 15/02/2024, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do **Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4118442** e o código CRC **9AE273B2**.